

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2014

Srs. Acionistas:

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Centrais Enel Brasil S.A. submete a apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2014. A Enel Brasil S/A é uma companhia do Grupo Enel, esta uma das maiores empresas de energia do Mundo. O Grupo produz, distribui e vende energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A Enel fornece energia para mais de 60 milhões de clientes residenciais e corporativos em 32 Países, e cria valor para 1,3 milhão de investidores. **1) Perfil:** Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S. A. é uma holding de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Os serviços de distribuição são destinados a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setores públicos, com fornecimento de energia a aproximadamente 15 milhões de pessoas, com 6 milhões de clientes, nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará. Em geração, são atendidas distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversas partes do País. Por meio da Prátil, empresa constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas nos estados do Ceará e Rio de Janeiro. A Enel Brasil encerrou o exercício de 2014 com 15.476 colaboradores, sendo 2.695 próprios e 12.781 parceiros. Com capacidade instalada de 986,8 MW, as usinas têm fonte hidráulica (665,2 MW) e térmica (321,6 MW). No ano de 2014, a energia vendida no negócio de geração chegou a 7.226 GWh. A interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina apresenta capacidade de 2.200 MW. Em distribuição, o volume total de venda e transporte de energia foi de 22.878 GWh em 2014 (21.767 GWh em 2013). Com receita líquida de R\$ 9,5 bilhões, registrou EBITDA de R\$ 2,3 bilhões e lucro líquido de R\$ 0,9 bilhão no ano de 2014. A Enel Brasil é a subsidiária brasileira da Enersis S.A., controlada pelo Grupo italiano Enel. Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, a Enel Brasil possui o controle majoritário em duas distribuidoras de energia (Ampla Energia e Coelce), duas empresas de geração (CDSA e CGTF), uma empresa de transmissão (CIEN) e uma empresa de prestação de serviços para o setor de energia (Prátil). Além destes ativos, a Enel Brasil possui participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para construção de usinas eólicas no nordeste do Brasil, em conjunto com a Enel Green Power.

2) Principais Indicadores

Indicadores Gerais (consolidado)

	2014	2013
Ativo total - R\$ mil	13.762.921	13.485.849
Patrimônio líquido - R\$ mil	7.112.912	7.137.960
Dívida Bruta - R\$ mil	3.070.927	2.569.287
Dívida Líquida - R\$ mil	1.976.542	736.759
Número Total de Colaboradores	15.476	14.288
Próprios	2.695	2.677
Parceiros	12.781	11.611
Indicadores da Geração		
Energia Gerada - Gwh	5.343	5.056
Energia Vendida - Gwh	7.226	6.891
Indicadores da Distribuição		
Energia fornecida (venda e transporte) - Gwh	22.878	21.767
Número de consumidores	6.500.500	6.301.582

3) Desempenho Econômico

Valores em R\$ Mil

	2014	2013	Var. (1)
Receita operacional bruta	12.137.790	9.998.978	21,39%
Deduções da receita bruta	-2.687.290	-2.363.223	13,71%
Receita operacional líquida	9.450.500	7.635.755	23,77%
Custos do serviço e despesas operacionais	-7.654.205	-6.013.791	27,28%
EBITDA(2)	2.341.190	2.139.905	9,41%
Margem EBITDA	24,77%	28,02%	-3,25 p.p.
EBIT(3)	1.796.295	1.621.964	10,75%
Margem EBIT	19,01%	21,24%	-2,23 p.p.
Resultado financeiro	-640.945	44.247	-1.548,56%
Imposto de renda e contribuição social	-282.709	-412.570	-31,48%
Lucro líquido	872.641	1.253.641	-30,39%
Margem líquida	9,23%	16,42%	-7,19 p.p.
Lucro por ação (R\$/ação)	4,88	7,02	-30,39%

(1) Variação entre 2014 e 2013; (2) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciações e Amortizações; (3) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro.

O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida. A receita operacional bruta de 2014 foi superior a apresentada no ano de 2013 em 21,4%, se deve, principalmente, aos reajustes/revisões tarifários aplicados em 2014, em conjunto, com a elevação do preço de venda de energia no spot e a contabilização dos ativos e passivos regulatórios nas distribuidoras, através da assinatura ao aditivo do contrato de concessão As deduções da receita operacional foram incrementada em 13,7%, atreladas ao aumento da receita operacional bruta. Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 27,2%, decorrente, principalmente, por maiores gastos com compra de energia, produto da maior demanda e de maior preço (efeito combinado da descontração e maior PLD). Estas variações implicaram em um EBITDA de R\$ 2,3 bilhões, 9,4% superior ao apresentado em 2013 (R\$ 2,1 bilhões). O resultado financeiro apresentou uma retração elevada fechando negativo em R\$ 641 milhões. A redução observada se deve, principalmente, ao recálculo do saldo do Ativo Idenizável com a atualização pelo VNR a partir da Revisão

Tarifária Periódica da Ampla, onde foi aprovado o novo valor do ativo financeiro, em conjunto, ao recálculo do ativo indenizável da Coelce, em função, do refinamento metodológico pelo qual a valoração pelo VNR passou ao longo do terceiro ciclo de revisões tarifárias. Em decorrência dos efeitos acima, o total de impostos apresentou uma redução de 31,5% e o lucro líquido um decréscimo de 30,4%, alcançando, em 2014, um total de R\$ 0,9 bilhão (R\$ 1,3 bilhão em 2013). **4) Responsabilidade Socioambiental:** Para as empresas da Enel Brasil, a sustentabilidade é compreendida com um conceito tridimensional, que integra comportamento responsável nos aspectos sociais, ambientais e econômicos. Os objetivos, metas e indicadores são estabelecidos por meio de planejamento estratégico e monitorados nas diversas áreas da empresa, em alinhamento com os compromissos para o desenvolvimento sustentável. Em 2014, as empresas investiram em 56 projetos sociais, ambientais e culturais nas comunidades onde atuam. Os projetos socioambientais são focados em iniciativas de educação para o consumo consciente e disseminação de conceitos e práticas de responsabilidade socioambiental, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso irregular de energia, no caso das distribuidoras, assim como o apoio ao desenvolvimento local, à geração de renda e a democratização do acesso à cultura em todas as empresas. No total, foram investidos R\$ 52,08 milhões e beneficiadas diretamente 2.182 mil pessoas nos quatro estados de atuação no Brasil: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. Além dos projetos desenvolvidos pelas empresas que fazem parte Enel Brasil nos diversos locais e que atendem às necessidades e particularidades de cada localidade, merecem destaque em 2014 os seguintes projetos corporativos: **Campanha Vote Consciente:** Campanha realizada pela Enel Brasil em período que antecede as eleições, cujo objetivo é incutir uma visão de futuro e promover o voto consciente e o engajamento político de colaboradores e clientes. Foram realizados encontros nas sedes da Enel Brasil e de Coelce e ações de comunicação interna para todas as sede. Como um reforço da campanha, em 2014 foi realizada a IV Pedalada contra a Corrupção em parceria com a CGU, reunindo mais de 400 pessoas. **Rede do Bem:** Lançado em 2012, o programa de voluntariado da Enel Brasil promove, com o apoio de colaboradores voluntários que doam seu tempo e habilidades, mutirões simultâneos em municípios de influência das empresas nos quatro estados de atuação da holding, além de campanhas de doações, beneficiando instituições que cuidam de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Em 2014 foram beneficiadas houve a participação de 321 voluntários que beneficiaram diretamente 4.706 pessoas, com trabalhos executados em escolas, creches e instituições de apoio a idosos. **Programa Enel Brasil de Educação e Cultura:** Criado em 2011, o programa tem como objetivo contribuir para a qualificação do processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas de todo país, através do estímulo a leitura, a escrita e a valorização do patrimônio cultural de cada região. Na edição de 2014 do programa, por meio do projeto Criadores de Começo, 990 professores inscritos e 30.000 alunos de 506 escolas foram beneficiadas, em 19 municípios dos quatro estados de atuação da empresa Enel Brasil. **Programa Enel Brasil Oportunidade:** O programa, implementado em 2012, é voltado às pessoas de comunidades do Ceará e Rio de Janeiro e visa, com a parceria do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, a formação técnica de nível superior de eletricitistas. Em 2014 foram beneficiados 58 jovens nos dois estados, tendo ocorrido a conclusão do curso para os alunos do Rio de Janeiro. **Seminário de RSC para Fornecedores:** O seminário, realizado há sete anos, tem o objetivo de mobilizar os fornecedores das empresas da Enel Brasil para a incorporação e ampliação de uma gestão socialmente responsável. Em 2014 o encontro, que contou com a participação de 120 representantes de fornecedores, entre gestores e profissionais de responsabilidade socioambiental, além de gestores de contratos da Enel Brasil. **5) Premiações e Reconhecimentos: Guia Você S/A-Exame:** Pelo segundo ano consecutivo a Endesa Geração ingressou na lista das “150 Melhores Empresas para Você Trabalhar no Brasil”, segundo o Guia Você S/A-Exame, considerado referência nacional em clima organizacional e gestão de pessoas. Coelce foi classificada no mesmo ranking pela 9ª vez consecutiva. **Great Place to Work (GTPW):** Pela terceira vez consecutiva, a Endesa Geração figura no seletor ranking das Melhores Empresas para Trabalhar do Rio de Janeiro e do Brasil. Este ano, conquistou a 20ª colocação entre as 30 melhores empresas de médio porte multinacionais, e no Rio de Janeiro conquistou o 6º lugar. Já a Coelce foi classificada no ranking brasileiro pela 7ª vez consecutiva, permanecendo no seletor grupo das 100 empresas consideradas um excelente lugar para se trabalhar no Brasil. **Guia Exame de Sustentabilidade:** Pela 2ª vez consecutiva as empresas Ampla e Coelce foram eleitas empresa modelo em sustentabilidade, integrando a lista de 61 empresas-modelo selecionadas em 19 setores da economia, dentre eles o de energia. Neste setor as empresas se destacaram com os projetos Ecoelce, Troca Eficiente, Energia Social e Cidade Inteligente Búzios e o projeto de gerenciamento de tarifa que será implementado pela Ampla como teste no município. **Prêmio Nacional da Qualidade:** A Coelce foi reconhecida pela segunda vez consecutiva como empresa Premiada no Prêmio Nacional da Qualidade 2014, o maior reconhecimento público feito pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) à excelência da gestão das organizações brasileiras. Ser premiada significa ter pontuação considerada “excelente” na maior parte dos oito critérios avaliados – Liderança, Estratégias e Planos, Clientes, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas, Processos e Resultados – e ainda atender aos 13 fundamentos da excelência. **Prêmio Abradee:** Pelo 6º ano consecutivo, a Coelce ficou entre as três melhores distribuidoras do Brasil, pela 16ª edição (2014) do Prêmio ABRADEE, premiação que a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica concede anualmente às distribuidoras de energia do país. A Companhia conquistou ainda, o 1º lugar nacional em Responsabilidade Social pela terceira vez. A Ampla foi a segunda melhor empresa no ranking dos indicadores Ethos-Abradee que avaliam a gestão em responsabilidade socioambiental – que compõe a categoria Responsabilidade Social do Prêmio. Os indicadores são auditados pela Fundação Nacional de Qualidade. **6) Auditores Independentes:** A Companhia firmou contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais para um período de 5 (cinco) anos. A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. **7) Agradecimentos:** A Enel Brasil S.A. expressa seus agradecimentos aos acionistas, aos membros do Conselho de Administração, aos clientes e fornecedores, aos Governos Municipais, Estadual e Federal, às Agências Reguladoras e aos Agentes do Setor e, em especial, aos seus colaboradores próprios e de empresas parceiras pelo empenho e dedicação, fundamentais ao cumprimento de seus objetivos.

A Administração.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	236.156	673.787	864.071	1.096.850	Fornecedores	21	14.081	28.898	1.258.456	847.571
Títulos e valores mobiliários	7	72.351	524.463	230.313	735.678	Empréstimos e financiamentos	22	-	-	187.495	261.651
Contas a receber		2.395	2.122	-	-	Debêntures	23	-	-	155.469	25.737
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	8	-	-	1.220.263	1.100.387	Folha de pagamento		10.125	8.861	99.836	85.517
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	9	-	-	181.646	20.385	Obrigações fiscais	25	6.116	4.915	173.405	251.293
Recursos CDE - Decreto nº 7.945/2013		-	-	-	13.429	Taxas regulamentares	26	-	-	18.881	21.518
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	13	-	-	487.333	-	Dividendos a pagar		175.785	761.568	219.327	859.410
Tributos a compensar	10	18.669	27.646	229.140	322.072	Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	-	25.874
Benefício fiscal - ágio incorporado	15	-	-	8.049	8.793	Obrigações com benefícios pós-emprego	33	-	-	770	12.824
Dividendos a receber		297.252	126.531	-	-	Parcelamento de tributos	28	-	5.196	2.183	14.478
Cauções e depósitos	11	-	-	58.242	52.939	Provisão Luz para Todos		-	-	52.074	27.367
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap		-	-	844	322	Energia livre		-	-	33.282	29.869
Empréstimos com partes relacionadas	29	290.578	295.400	-	-	Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	27	-	-	77.438	95.238
Outros créditos	16	22.279	19.999	490.671	342.015	Outras obrigações		-	-	85.950	49.486
Total do ativo circulante		939.680	1.669.948	3.770.572	3.692.870	Total do passivo circulante		206.107	809.438	2.364.566	2.607.833
Não circulante						Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	8	-	-	148.073	147.079	Fornecedores	21	-	-	126.363	146.336
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	13	-	-	234.865	-	Empréstimos e financiamentos	22	-	-	1.309.261	1.113.456
Tributos a compensar	10	-	7.790	148.178	157.762	Debêntures	23	-	-	1.434.910	1.188.484
Depósitos vinculados a litígios	12	135	803	261.720	332.256	Tributos diferidos	14	-	-	73.077	73.077
Cauções e depósitos	11	-	-	24.130	64.054	Obrigações com benefícios pós-emprego	33	-	-	535.345	477.845
Tributos diferidos	14	-	-	498.257	387.531	Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	27	-	-	105.527	75.386
Benefício fiscal - ágio incorporado	15	-	-	56.606	64.656	Parcelamento de tributos	28	-	2.598	15.045	19.130
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap	23	-	-	15.365	19.719	Energia livre		-	-	5.071	4.572
Empréstimos com partes relacionadas	29	25.505	19.998	-	-	Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	30	334	27.699	666.896	638.607
Ativo indenizável (concessão)	18	-	-	2.125.968	2.014.096	Outras obrigações		-	-	13.948	3.163
Outros créditos	16	16.920	-	19.574	2.124	Total do passivo não circulante		334	30.297	4.285.443	3.740.056
Investimentos	17	4.045.190	4.082.426	100	6.578	Patrimônio líquido	31				
Imobilizado	19	4.219	4.718	1.969.507	1.990.252	Atribuível aos acionistas da empresa controladora		1.056.049	1.056.049	1.056.049	1.056.049
Intangível	20	202.234	227.252	4.490.006	4.606.872	Capital social		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Total do ativo não circulante		4.294.203	4.342.987	9.992.349	9.792.979	Ações em tesouraria		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Total do ativo		5.233.883	6.012.935	13.762.921	13.485.849	Reserva de capital		1.400.765	894.086	1.400.765	894.086
						Reserva de lucros		9.561	8.170	9.561	8.170
						Outros resultados abrangentes		167.722	205.398	167.722	205.398
						Ajustes de avaliação patrimonial		-	616.152	-	616.152
						Proposta de distribuição de dividendos adicionais		5.027.442	5.173.200	5.027.442	5.173.200
						Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	1.629.264	1.289.440
						Participações do Grupo Enel, em controladas, ainda não contribuídas à Enel Brasil S.A.		-			

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	Reserva de Capital		Reservas de lucros				Patrimônio líquido atribuível aos							
		Capital social	Ações em Tesouraria	Remuneração do ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de reforço para capital de giro	Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Porposta de distribuição de dividendos adicionais	Acionistas		Total	
												Acionistas Grupo Enel	Acionistas não controladores		
Saldos em 31 de dezembro de 2012		916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	(1.124)	647.711	(1.684)	243.074	-	741.665	5.073.705	1.041.964	829.577	6.945.246
Aumento de capital por incorporação		139.170	-	-	-	-	-	-	-	-	139.170	(139.170)	-	(878)	
Redução de capital de controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(315)	(563)	-	
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	31	-	-	-	-	-	-	(37.676)	37.676	-	-	-	-	-	
Aprovação de dividendos propostos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	(741.665)	(741.665)	(216)	(48.648)	(790.529)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	910.247	-	910.247	275.232	68.162	1.253.641	
Ganho (Perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	33	-	-	-	-	-	-	21.762	-	-	21.762	33.745	(5.523)	49.984	
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	(21.762)	21.762	-	-	-	-	-	
Ganho em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-	-	-	8.030	-	-	8.030	5.494	2.026	15.550	
Efeito da incorporação		-	-	-	-	(2.892)	-	-	-	-	(2.892)	-	-	(2.892)	
Transferência de participações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	158.068	(158.068)	-	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos intercalares	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(336)	(600)	(936)	
Dividendos mínimos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(236.981)	(85.026)	(11.043)	(333.050)	
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	616.152	-	-	-	-	
Reserva para reforço de capital de giro	31	-	-	-	-	-	116.552	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	31	-	-	-	-	-	-	1.824	-	-	-	1.824	-	1.824	
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.056.049	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	764.263	8.170	205.398	-	616.152	5.173.200	1.289.440	675.320	7.137.960
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	31	-	-	-	-	-	-	(37.676)	37.676	-	-	-	-	-	
Efeito reflexo dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	654	-	654	371	153	1.178	
Aprovação de dividendos propostos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	(616.152)	(616.152)	(8.208)	(14.045)	(638.405)	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	664.705	-	664.705	140.960	66.977	872.642	
Ganho (Perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	33	-	-	-	-	-	-	(20.597)	-	-	(20.597)	(19.470)	(2.006)	(42.073)	
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-	20.597	(20.597)	-	-	-	-	-	
Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-	-	-	(698)	-	-	(698)	(1.057)	(198)	(1.953)	
Transferência de participações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258.385	(258.385)	-	
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos intercalares	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(331)	(593)	(924)	
Dividendos mínimos	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(175.759)	(30.826)	(11.017)	(217.602)	
Reserva para reforço de capital de giro	31	-	-	-	-	-	506.679	-	-	-	-	-	-	-	
Ajuste acumulado de conversão	31	-	-	-	-	-	-	2.089	-	-	-	2.089	-	2.089	
Saldos em 31 de dezembro de 2014		1.056.049	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	1.270.942	9.561	167.722	-	-	5.027.442	1.629.264	456.205	7.112.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida	35	-	-	9.450.500	7.635.755
Custo do serviço	36	-	-	(7.097.461)	(5.420.350)
Lucro bruto		-	-	2.353.039	2.215.405
(Despesas) receitas operacionais	36	-	-	(85.313)	(128.789)
Despesas com vendas		-	-	(42.531)	(36.110)
Despesas gerais e administrativas		-	-	(22.622)	(18.540)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação		-	-	(22.622)	(24.720)
Resultado de equivalência patrimonial	17	637.748	891.487	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais		(116)	(8.764)	(20.371)	(65.822)
Total despesas operacionais		572.479	828.073	(556.744)	(593.441)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		572.479	828.073	1.796.295	1.621.964
Resultado financeiro	37	-	-	-	-
Receita financeira		123.998	107.609	336.250	611.593
Despesa financeira		(13.734)	(1.110)	(958.544)	(549.586)
Varição cambial, líquida		3.138	953	(18.650)	(17.760)
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		685.881	935.525	1.155.351	1.666.211
Imposto de renda e contribuição social - corrente	34	(21.176)	(25.278)	(450.304)	(496.337)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	34	-	-	91.484	32.856
Incentivo fiscal	34	-	-	76.111	50.911
Lucro líquido do exercício		664.705	910.247	872.642	1.253.641
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	664.705	910.247
Participações do Grupo Enel, em controladas, ainda não contribuídas à Enel Brasil S.A.		-	-	-	-
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	102.773	275.232
Outros acionistas não controladores		-	-	105.164	68.162

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício		664.705	910.247	872.642	1.253.641
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		-	-	-	-
Ganho (perda) em instrumento financeiro derivativo de controlada		(1.058)	12.241	(2.959)	23.635
Tributos diferidos sobre (ganho) perda em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-
de controlada		360	(4.211)	1.006	(8.085)
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior		2.089	1.824	2.089	1.824
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		1.391	9.854	136	17.374
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		-	-	-	-
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controladas		(31.208)	32.973	(63.747)	75.734
Tributos diferidos sobre (ganho) perda atuarial em fundo de pensão de controladas		10.611	(11.211)	21.674	(25.750)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:		(20.597)	21.762	(42.073)	49.984
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(19.206)	31.616	(41.937)	67.358
Resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		645.499	941.863	830.705	1.320.999
Atribuído a:		-	-	-	-
Acionistas controladores		-	-	645.499	941.863
Demais acionistas controlados pelo Grupo Enel		-	-	120.433	314.471
Outros acionistas não controladores		-	-	64.773	64.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais: Contexto operacional. A Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins. Em 12 de dezembro de 2014 a Companhia teve sua denominação social alterada de "Endesa Brasil S.A." para "Enel Brasil S.A.". A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil ("Grupo Enel" ou "Grupo"): a) Distribuição de energia elétrica, *Ampla Energia e Serviços S.A.* A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla Energia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, 1, Niterói, Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.), é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A controlada Ampla Energia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026. Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foi aprovado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s) (vide nota 13). A Enel Brasil possui participação direta de 46,89% do capital da Ampla Energia. *Companhia Energética do Ceará - COELCE.* A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A controlada COELCE tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028. Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foi aprovado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	664.705	910.247	872.642	1.253.641
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	60.262	98.419
Depreciação e amortização	634	832	544.974	517.941
Imposto diferido oriundo da incorporação	22.622	18.540	22.622	24.720
Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	10.919
Equivalência patrimonial	(637.748)	(891.487)	-	-
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12.209)	223	164.799	113.167
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	8.794	9.609
Juros e variações monetárias provisionados	(38.947)	(39.050)	290.548	243.687
Receita ativo indenizável	-	-	306.060	(205.165)
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	56.318	119.704
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(91.484)	(32.856)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	86.061	75.890
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	55.109	50.214
Provisão (reversão) para perdas em estoques	-	-	(329)	7.750
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(6.672)	(6.704)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	-	-	(722.198)	-
Outras receitas	(2.147)	8.764	(2.363)	-
	(3.090)	8.069	1.645.143	2.280.936
(Aumento) redução nos ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	(177.682)	88.212
Contas a receber	(273)	(1.258)	-	-
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	(161.261)	(20.385)
Repasse CDE	-	-	13.429	(13.429)
Dividendos recebidos	479.086	702.923	-	-
Cauções e depósitos	-	-	34.621	(1.840)
Depósitos vinculados a litígios	-	-	78.083	(290)
Outros créditos	(8.034)	(9.668)	(151.547)	(84.311)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(14.817)	1.050	390.912	74.429
Folha de pagamento	1.264	2.581	14.319	17.896
Taxas regulatórias	-	-	(2.637)	(55.199)
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(73.720)	(38.867)
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(60.586)	(42.380)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(15.156)	27.371	(136.510)	(82.063)
Outros passivos	-	-	56.007	46.394
Tributos a pagar /a compensar, líquidos	17.968	(6.790)	24.628	(1

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada COELCE, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado. A CGTF é controlada integral da Enel Brasil. *Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.* A Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas. Em 30 de setembro de 2009, a Enel Brasil concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica. c) *Transmissão de energia elétrica. CIEN - Companhia de Interconexão Energética.* A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a controlada CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades. Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submeteu as duas linhas de transmissão da controlada CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - ("RAP"), pela ANEEL. A equiparação comercial e técnica da controlada à transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022. Por meio da Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014, a ANEEL homologou RAP no montante de R\$315.270, para o período 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$3.488. O período de reajuste da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Companhia será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP. A Enel Brasil detém participação direta de 100,00% na CIEN. d) *Prestação de serviços. En-Brasil Comércio e Serviços S.A.* A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. ("Prátil") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral. A Enel Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2015. **2. Principais políticas contábeis: 2.1. Declaração de conformidade.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. **2.2. Base de consolidação.** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Enel Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de participação		
	(%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-
Centrais Elétricas Coocheira Dourada S.A. - CDSA	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A. (i)	46,89	46,89	-
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	100,00	100,00	-
Companhia de Transmissão del Mercosur S.A. - CTM ("CTM") (ii)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. - Tesa ("TESA") (ii)	100,00	-	100,00
Companhia Energética do Ceará - COELCE	58,87	58,87	-
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. - Prátil	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova Geração e Comercialização de Energia Ltda	99,95	99,95	-
Trento Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento ("Trento") (iii)	100,00	18,91	81,09
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento RF Crédito Privado Compostela ("Compostela") (iii)	100,00	1,25	98,75
Fundo de Investimento Vienza Renda Fixa - Crédito Privado ("Vienza") (iii)	100,00	100,00	-

(i) Embora a participação na Ampla Energia seja inferior a 50,1%, a Enel Brasil possui o controle desta entidade, considerando que a mesma tem o controle, através de contrato, das políticas operacionais e financeiras de forma a obter benefícios de suas atividades. (ii) Controladas indiretas localizadas no exterior. (iii) Fundos de investimentos exclusivos Trento, Compostela e Vienza são administrados, respectivamente, pelo Banco Itaúcard S.A., Banco Bradesco S.A. e Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas. (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas. (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. (d) Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. **2.3. Base de elaboração.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. **2.4. Conversão de moeda estrangeira.** As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o Real na data do fechamento. Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. As demonstrações financeiras das controladas indiretas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014 - ARS 1,00 - R\$0,3172, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2013 - ARS 1,00 - R\$0,3592), e as contas de resultado, pela taxa média mensal. Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado. **2.5. Reconhecimento de receita.** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Enel e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. **2.5.1. Receita de distribuição.** Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. **2.5.2. Receita de transmissão.** A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão. **2.5.3. Receita não faturada.** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. **2.5.4. Receita de construção.** A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) - Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. O Grupo Enel contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Enel terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. **2.5.5. Receita de juros.** A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo. **2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente.** **2.6.1. Ativo financeiro.** *Reconhecimento inicial e mensuração.* Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. O Grupo Enel determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros do Grupo Enel incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de consumidores, valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros, concessionários e permissionários, concessão de serviço público (ativo

indenizável), cauções e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente.* A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.* Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Enel que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38"). Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. *Investimentos mantidos até o vencimento.* Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Enel tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado. *Empréstimos e recebíveis.* Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. *Ativos financeiros disponíveis para venda.* Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) Empréstimos e recebíveis. (b) Investimentos mantidos até o vencimento. (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período. Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado. *Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros.* Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem. • O Grupo Enel transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassse"; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo. Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor. 2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo Enel considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários. 2.6.1.2. Contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários. Engloba as contas a receber com (i) fornecimento de energia e uso da rede, faturadas e não faturadas, esta última por estimativa; (ii) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; (iii) venda de energia a concessionários, permissionários e consumidores livres; (iv) energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. 2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa. É calculada substancialmente com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração do Grupo como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos registrados pelas controladas do Grupo Enel. 2.6.2. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros.* O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. 2.6.3. *Passivos financeiros. Reconhecimento inicial e mensuração.* Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente.* A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.* Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. *Mantidos para negociação.* Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. *Empréstimos, financiamentos e debêntures.* Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. *Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros.* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. 2.6.4. *Instrumentos financeiros - apresentação líquida.* Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.6.5. *Valor justo de instrumentos financeiros.* O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação. **2.7. Instrumentos financeiros derivativos:** O Grupo Enel possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de swap, visando proteção parcial à exposição da taxa CDI produzida pelas debêntures emitidas pelas controladas Ampla Energia e COELCE. Os instrumentos financeiros derivativos estão classificados na categoria de *hedge* de fluxo de caixa sendo reconhecidos ao valor justo. Os ganhos ou perdas da parcela eficaz destes swaps são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. A Nota 24 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas da Companhia. O Grupo Enel não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos. **2.8. Ativo indenizável (concessão):** O Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador) e o Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 - ANEEL, de 13 de maio de 1998 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada COELCE (Concessionária - Operador), regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas da Companhia, onde: a) Os contratos estabelecem quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados. b) Os contratos estabelecem padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão. c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido. Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo: 1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição ("VNR") classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e 2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. De acordo com a Lei nº 12.783 ("Lei nº 12.783/13"), de 11 de janeiro de 2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Referido normativo teve sua aplicação inicial nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em

continuação

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

31 de dezembro de 2012, não afetando o resultado de exercícios anteriores. As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu VNR. Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório das controladas da Companhia, está classificado como "disponível para venda".

2.9. Investimentos. O investimento em controladas é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento nas controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária nas controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação societária nas controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia. As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.

2.10. Imobilizado. Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Enel são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Enel reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

2.11. Ativo intangível. Direito de uso da concessão. Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a Orientação Técnica OCP 05 - Contrato de Concessão. O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Ágio atribuído a concessão. O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027.

2.12. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros. A Administração do Grupo Enel revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.13. Subvenções governamentais. Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo. Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. A controlada COELCE goza de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal" nas demonstrações financeiras individuais da controlada COELCE.

2.14. Provisões. Geral. Provisões são reconhecidas quando o Grupo Enel tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Impostos.

2.15.1. Impostos de renda e contribuição social - corrente. Impostos de renda e contribuição social correntes (ativos e passivos tributários) do último exercício são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.15.2. Impostos diferidos. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.15.3. Impostos sobre vendas. Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto: • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. • Quando do valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas. • Quando do valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.16. Taxas regulamentares. Uma vez que Ampla Energia, CDSA, CIEN, CGTF e COELCE, controladas da Enel Brasil, atuam em segmentos regulados, são cobrados destas controladas valores a título de recolhimento de encargos setoriais, como segue: **2.16.1. Reserva Global de Reversão (RGR).** Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica das controladas CDSA e CIEN. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

2.16.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.16.3. Programas de Eficientização Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE). São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas.

2.16.4. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE). Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.16.5. Encargo do Serviço do Sistema - ESS. Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.16.6. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes. São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.18. Participação nos resultados. O Grupo Enel reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19. Distribuição de dividendos. A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia e de suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, exceto a controlada CGTF em 2%, seja distribuído a título de dividendos, após a destinação da reserva legal. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, o Grupo registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

2.20. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego. O Grupo Enel patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego e gratificação na aposentadoria, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios das controladas. Os compromissos atuariais com os planos de benefícios

pós-emprego são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica e gratificação por aposentadoria são reconhecidos em outros resultados abrangentes, baseado-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 33.

2.21. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014. Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Enel.

- OCP 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica. A OCP 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, normatizou o reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica, emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Por conta da alteração nos contratos de concessão mencionadas nas Nota 1.a e 1.b, a Companhia passou a reconhecer como ativo financeiro e/ou passivo financeiro os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica, que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa em reajuste ou tarifária tarifária futura, relativos à Parcela A da tarifa e outros itens financeiros. Os impactos da aplicação desse pronunciamento nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foi o reconhecimento de valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros em contrapartida da receita de vendas no montante de R\$ 722.198 (vide Nota 13).
- Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2)). Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre o Grupo, visto que esta não se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).
- Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros - alterações ao CPC 39. Essas alterações esclarecem o significado de "atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação" e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre o Grupo.
- Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge - alterações ao CPC 38. Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre o Grupo.
- ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos. A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre o Grupo, visto que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

2.22. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014. O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras do Grupo Enel: • IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros do Grupo, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros do Grupo. • IFRS 14 - Contas Regulatórias Diferidas. A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data. • Alterações na IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado. A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos. A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, incluindo o risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. A Administração baseou suas premissas e estimativas sobre os parâmetros disponíveis na data das demonstrações financeiras. Quaisquer mudanças futuras nestes parâmetros serão refletidas quando ocorrerem as mudanças. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros. Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas. O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, civis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Provisão para crédito de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Impostos. Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas. Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Benefícios pós-emprego. O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 33. Receita não faturada. O cálculo da receita não faturada é baseado no número de dias não faturados no mês, na estimativa de energia distribuída nesses dias e no preço médio estimado por classe de clientes no mês. Diferenças entre a receita real e a receita não faturada são usualmente materiais.

4. Revisão e reajuste tarifário: A controlada Ampla Energia passou pelo 3º ciclo de revisão tarifária, com data base em 15 de março de 2014, conforme previsto no contrato de concessão. A ANEEL definiu as tarifas somente em 07 de abril de 2014, retroativas a data base, através da Nota Técnica nº 112/2014-SRE/ANEEL. Essa definição conduziu a um efeito tarifário médio para os consumidores cativos da distribuidora de 2,64%, que tem a seguinte composição: (i) reposicionamento tarifário de -3,49%; (ii) adição de componentes financeiros para o período 2014-2015 de 4,52%; e (iii) subtração de componentes financeiros do período 2013-2014, correspondentes a -1,61%. Essas movimentações tarifárias combinadas resultam no efeito médio de 2,64% [-3,49% + 4,52% - (-1,61%)]. Quanto ao reposicionamento tarifário, o efeito líquido de -3,49% decorre principalmente de efeitos positivos decorrentes da definição da nova Base de Remuneração Regulatória ("BRR") para o 3º ciclo, que considera todos os novos investimentos efetuados pela Companhia, e definição da Quota de Reintegração através de uma taxa média de depreciação de 4,10% e negativo relacionado à redução do WACC líquido de impostos de 9,95% para 7,50%, dentre outros efeitos. Essas definições estarão em vigor para os próximos 5 anos (2014-2019). Em função da definição da nova BRR, a Administração procedeu ao recálculo e ajustou o ativo financeiro remanescente ao final da concessão. Para maiores detalhes vide Notas 18 e 20.

5. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios: Desde o último trimestre de 2012 houve elevação dos custos na compra de energia no mercado de curto prazo, assim como energia produzida por geradores térmicos, ocasionada por diversos fatores, tais como: condições hidrológicas, redução da oferta decorrente de algumas usinas que não renovaram suas concessões nos moldes da Lei 12.783/13, elevado custo da energia térmica por conta do nível de despacho utilizado atualmente pelas usinas e atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração. A Lei 12.783/13, dentre outras disposições, disciplinou o uso dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que inclui a neutralização da exposição ao mercado de curto prazo (SPOT) e a cobertura do custo adicional dos despachos de usinas térmicas acionadas em razão de segurança energética. Também criou novas possibilidades de fontes de recursos a CDE, como operações bancárias de crédito. Adicionalmente, em 02 de abril de 2014, foi publicado o Decreto 8.221/14, que criou a "CONTA-ACR" e regulamentou o que já estava previsto na legislação, incluindo a Lei 12.783/13, quanto à possibilidade da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) contratar empréstimos junto a bancos, com a finalidade de viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras, do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014 a ANEEL emitiu a Resolução 612/14 detalhando o funcionamento da CONTA-ACR.

contínua

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR - Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$ 11,2 bilhões, que foram repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima para as competências de fevereiro a abril/2014. A CCEE liquidará esse financiamento a partir do recebimento das cotas de CDE a serem estabelecidas futuramente pela ANEEL, para cada agente do setor elétrico. Para esses agentes, não existe nenhum vínculo dessas cotas futuras com os valores recebidos para cobrir os custos de energia através da operação de financiamento. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta para esse contrato. Em 15 de agosto de 2014 foi assinado um novo Contrato de Financiamento da Operação ACR pela CCEE, com diversas instituições financeiras, no valor de R\$ 6 bilhões, que estão sendo repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima para as competências de maio em diante, limitado à extinção do saldo. As condições são as mesmas do contrato anterior. A contabilização dos recursos cobertos por esses repasses de CDE no resultado das controladas Ampla Energia e COELCE são em contrapartida a conta de "Energia comprada para revenda", e ocorrem de acordo com a competência (mesmo momento em que os custos são incorridos) e totalizam R\$ 1.214.376 em 31 de dezembro de 2014, composto por: (i) R\$81.848 relativos ao mês de janeiro de 2014, recebidos diretamente da CDE em 11 de março de 2014 e (ii) R\$ 1.132.528 relativos aos meses de fevereiro a outubro de 2014 os quais foram recebidos através da CONTA-ACR no decorrer deste ano. Tendo em vista que nenhum outro contrato foi firmado pela CCEE, os valores de competência novembro e dezembro de 2014 foram registrados na rubrica de valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros e serão ressarcidos na tarifa de energia a partir do próximo ciclo de revisão tarifária, de acordo com o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão aprovado pela ANEEL em dezembro de 2014. Vide Nota 1 a) e b).

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e contas correntes bancárias	666	268	104.758	16.976
Aplicações financeiras	235.490	673.519	759.313	1.079.874
Total de caixa e equivalentes de caixa	236.156	673.787	864.071	1.096.850

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CDB - Certificado de Depósito Bancário	116.077	13	221.522	92.252
Operações compromissadas	-	-	49.367	56.723
Total de aplicações diretas	116.077	13	270.889	148.975
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	39.865	309.387	163.524	432.843
Operações compromissadas	79.548	364.119	324.900	498.056
Total de fundos exclusivos	119.413	673.506	488.424	930.899
Total de aplicações financeiras	235.490	673.519	759.313	1.079.874

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado. **7. Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos	-	-	25.379	22.827
Total de fundos de investimentos	-	-	25.379	22.827
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	72.351	415.023	204.729	550.490
Cotas de fundos de investimentos	-	92.380	-	134.178
Outros	-	17.060	-	26.436
Total de fundos exclusivos	72.351	524.463	204.729	711.104
Bônus da República Argentina	-	-	205	1.747
Total de títulos e valores mobiliários	72.351	524.463	230.313	735.678

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

8. Consumidores, concessionários e permissionários:

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado			
	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	31/12/2014
Circulante				
Classe de consumidores				
Residencial	194.081	148.679	42.662	385.422
Industrial	43.755	10.171	22.856	76.782
Comercial	78.662	34.360	25.812	138.834
Rural	32.816	14.744	10.195	57.755
Poder público	65.327	38.411	15.644	119.382
Iluminação pública	4.919	3.200	262	8.381
Serviço público	13.148	1.729	307	15.184
Revenda	6.471	533	473	7.477
Subtotal	439.179	251.827	118.211	809.217
Renda não faturada (d)	305.039	-	-	305.039
Consumidores livres	55.394	-	5.477	60.871
Consumidores baixa renda (g)	-	47.904	-	47.904
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	20.563	32.748	4.136	57.447
Parcelamento de débitos (c)	12.447	-	-	12.447
Legião Energia - CCEAR	15.085	-	1.900	16.985
Encargo emergencial	-	-	2.457	2.457
Companhia Energética de Goiás - CELG	206	-	-	206
Créditos junto a clientes com ações judiciais (b)	-	-	65.980	65.980
Furnas Centrais Elétricas S.A. (e)	1.553	-	2.685	4.238
Tractebel Energia S.A. (e)	1.018	-	-	1.018
Outros	23.279	5.184	1.482	29.945
Subtotal	873.763	337.663	202.328	1.413.754
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	(193.491)	(193.491)
Total circulante	873.763	337.663	8.837	1.220.263
Não circulante				
Furnas Centrais Elétricas S.A. (e)	-	-	125.612	125.612
Tractebel Energia S.A. (e)	-	-	70.772	70.772
Comercialização na CCEE	83.259	-	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (c)	-	-	83.259	80.762
Contas a receber com partes relacionadas (f)	-	-	119.697	119.826
Subtotal	83.259	-	331.370	414.629
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(536)	-	(266.020)	(266.556)
Total não circulante	82.723	-	65.350	148.073

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(446.849)
(Adições)	(96.252)
Baixas	78.602
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(464.499)
(Adições)	(56.812)
Baixas	61.264
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(460.047)
Circulante	(193.491)
Não circulante	(266.556)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia. b) **Créditos junto a clientes com ações judiciais.** O montante de R\$65.980 em 31 de dezembro de 2014 (R\$64.948 em 2013) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$28.561 em 31 de dezembro de 2014 (R\$27.590 em 2013) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado. Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$54.751 em 31 de dezembro de 2014 (R\$53.858 em 2013), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações. c) **Parcelamento de débitos.** Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m. calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGP.M. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m. d) **Receita não faturada.** Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$305.039 (R\$271.853 em 2013). e) **Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel").** Em 31 de dezembro de 2014, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.850 e R\$71.790 (R\$129.740 e R\$71.644 em 2013) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384 em 31 de dezembro de 2014 e 2013. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$5.256 em 31 de dezembro de 2014 (R\$5.000 em 2013), refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da controlada CIEN quando equiparada a uma transmissora. f) **Contas a receber com partes relacionadas.** Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 9. g) **Consumidores baixa renda.** Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados

segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético. Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2014 é R\$47.904 (R\$67.929 em 2013). A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse. **9. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado):** Valor a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. Em abril de 2014, foram emitidas as resoluções homologatórias nº1.703/2014 e nº1.711/2014 aprovando o valor mensal de R\$ 24.965 a ser repassado pela Eletrobras durante o período de março de 2014 a fevereiro de 2015, dos quais o montante de R\$ 2.860 corresponde ao ajuste referente à diferença entre os valores previstos e realizados em relação ao período de fevereiro de 2013 a março de 2014, e o valor de R\$ 22.105 corresponde à previsão para o período de abril de 2014 a março de 2015 referente a controlada COELCE e à previsão para o período de março de 2014 a fevereiro de 2015 referente a controlada Ampla Energia. Em 31 de dezembro de 2014 a Grupo possui registrado o valor de R\$ 181.646 (R\$ 20.385 em 2013) os quais são compostos por: (i) R\$ 154.735 relativo à previsão dos meses de junho a dezembro de 2014; (ii) R\$ 26.833 corresponde ao registro de 10 (dez) parcelas do ajuste relativo a fevereiro de 2013 a março de 2014; e (iii) R\$ 78 corresponde a estimativa do ajuste da diferença do valor previsto versus os valores homologados nas resoluções nº1.703/2014 e nº 1.711/2014 no ano de 2014.

10. Tributos a compensar:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	18.666	35.433
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	3	3
	18.669	35.436
Circulante	18.669	27.646
Não circulante	-	7.790
		Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013

Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	91.516	80.780
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	184.807	172.600
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	73.303	216.490
INSS Patronal	18.645	-
Outros tributos	9.047	9.964
	377.318	479.834
Circulante	229.140	322.072
Não circulante	148.178	157.762

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. (b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos. (c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R\$31.845 (R\$162.835 em 2013) referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 077/0. Adicionalmente, a controlada Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos. Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada CIEN, no montante total de R\$29.631 em 31 de dezembro de 2014 (R\$26.444 em 2013), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a controlada CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos. Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, CGTF, CDSA e Prátil, nos montantes de R\$2.452, R\$3.656, R\$5.191 e R\$528, respectivamente.

11. Cauções e depósitos:

Instituição	Tipo de aplicação	31/12/2014		31/12/2013	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Itaú-Unibanco	Fundo de investimento	57.922	-	52.619	-
Bradesco	CDB	-	81	-	436
Itaú	CDB	-	659	-	602
Banco do Brasil	CDB	-	-	-	9.729
BNB	CDB	-	17.458	-	20.302
Banco do Brasil	Título do Tesouro dos EUA	-	5.912	-	4.582
Banco Itaú BBA	Time Deposit	-	-	-	28.383
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-	320	-
Outros		-	20	-	20
Total		58.242	24.130	52.939	64.054

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos de cauções e depósitos registrados pelas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R\$27.854 e R\$54.518 (R\$27.628 e R\$60.730 em 2013), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos. Adicionalmente, a controlada CGTF, conforme determinado pelo contrato de empréstimos e financiamentos junto ao International Finance Corporation (vide Nota 22), durante a vigência do contrato, a controlada tinha um compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação estava vinculada a uma operação de "time deposit" no Banco Itaú BBA, a qual estava indexada ao dólar norte americano. Com o pagamento voluntário antecipado do financiamento em 15 de dezembro de 2014, a controlada está desobrigada a manter esta garantia (R\$28.383 em 2013). Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. Eles incluem garantias exigidas em contratos de empréstimos e financiamentos, valores retidos de fornecedores e de contratos de aquisição de energia elétrica conforme cláusulas contratuais.

12. Depósitos vinculados a litígios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	135	803	169.315	164.169
Cíveis	-	-	54.511	53.551
Fiscais	-	-	37.894	114.536
Total	135	803	261.720	332.256

Vide Nota 30 para maiores entendimentos quanto as provisões relacionadas aos depósitos.

13. Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros: Conforme informado na Nota 1.a e 1.b, como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foram aprovados os termos aditivos aos contratos de concessão das distribuidoras Ampla e Coelce, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s). Dessa forma, os aditamentos dos contratos de concessão e permissão representaram um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das distribuidoras aos referidos contratos, as eventuais incertezas quanto à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as distribuidoras e o órgão regulador, e que até então eram considerados ativos e passivos regulatórios os quais não possuíam garantias de recuperação ou liquidação. Sendo assim, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão, referidos ativos e passivos passaram a ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica e classificados como natureza financeira. Por se tratar de evento novo, a Companhia efetuou o reconhecimento dos saldos de CVA e outros componentes financeiros de forma prospectiva, a partir da assinatura dos respectivos aditivos contratuais. O registro dos valores a receber foi efetuado em contas de ativo em contrapartida ao resultado deste exercício na rubrica de receita de vendas de bens e serviços.

	31/12/2014	
	Circulante	Não circulante
Diferimentos tarifários (CVAs) (a)	186.563	63.755
Compra de energia	244.429	82.246
Encargo de serviço do sistema - ESS	(98.086)	(31.158)
Uso da rede básica	42.061	13.560
Outros	(1.841)	(893)
Outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	300.770	171.110
Sobrecontratação de energia (b)	293.322	74.929
Recomposição de ICMS (c)	30.710	91.210
Diferencial Eletrônico (d)	14.903	4.826
Postergação da revisão tarifária (e)	(28.327)	1.589
Outros passivos	(9.838)	(1.444)
Total dos outros valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	487.333	234.865

a) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA:** A Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC. b) **Sobrecontratação de energia (energia excedente ou exposição involuntária).** As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL. O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, alterado pelo Decreto nº 7.945 de 07 de março de 2013, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007. Com relação a exposição involuntária ao mercado de curto prazo, não serão aplicáveis as penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição, garantindo desta forma o repasse integral às tarifas dos consumidores finais dos custos incorridos. c) **Recomposição de ICMS.** Durante o processo de reajuste tarifário, a Anel autorizou o repasse na tarifa do custo histórico não compensado a controlada COELCE, os quais atualizados pelo Índice Geral de Preço do Mercado - IGP-M somam R\$ 156.693 relativos às competências entre maio/2003 e fevereiro/2014, correspondente à alteração dos critérios de classificação da Subclasse Residencial Baixa Renda e à majoração da alíquota do imposto em determinados contratos de compra de energia. No presente processo tarifário a controlada COELCE já amortizou o montante de R\$

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

d) **Diferencial Eletruclear.** Refere-se à diferença entre a tarifa praticada e a tarifa de referência entre Furnas e Eletruclear, conforme determinado na Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009. A diferença apurada foi rateada entre as concessionárias que adquiriram o CCEAR 2005 - 1º Leilão e seu valor está sendo repassado mensalmente pelas distribuidoras à Eletruclear nos anos de 2013 a 2015, conforme parcelas homologadas pela REH 1.406/2012. Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo possui valores a receber correspondente ao reconhecimento dos montantes a pagar no ano de 2015 conforme determinado na Resolução Homologatória ANEEL nº 1.585, de 13 de agosto de 2013 e que serão contemplados nos próximos reajustes tarifários. e) **Postergação da revisão tarifária.** De acordo com o Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, as Companhias que passaram pela revisão tarifária no ano de 2011, e que devido à Audiência Pública nº 40, não tiveram os valores homologados pela ANEEL, tiveram que reconhecer contabilmente, com base na melhor estimativa, o impacto da referida

revisão tarifária correspondente ao exercício de 2011 e para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2012. A Nota Técnica nº 111/2013-SRE/ANEEL estabeleceu que o valor anual da diferença de receita em questão foi devidamente apurado, por modalidade tarifária, e atualizado mensalmente pela variação do IGPM até abril de 2012, perfazendo um total negativo de R\$ 245.768 (a valores de abril/2012). Ainda conforme referida Nota Técnica, este valor foi atualizado até abril de 2013, provisoriamente, de acordo com a forma de remuneração contida na Nota Técnica nº 185/2012 - SRE/ANEEL. Por meio da Resolução Normativa nº 552, de 21 de maio de 2013, a ANEEL determinou que este componente financeiro fosse atualizado pela aplicação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Assim, no reajuste tarifário de 2014, foi incluído nas tarifas da controlada COELCE o componente financeiro negativo relativo ao passivo total atualizado pela SELIC, descontando-se o montante já considerado no reajuste de 2013.

14. Tributos diferidos: O Grupo Enel possui créditos fiscais diferidos, ativos e passivos sobre diferenças temporárias, cuja composição por controladas está demonstrada a seguir:

	Ampla Energia		CDSA		CGTF		CIEN (Consolidado)		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo												
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	156.072	140.122	-	-	607	615	6.068	7.392	32.245	31.120	194.992	179.249
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.867	59.830	-	-	-	-	67.396	66.771	38.678	37.388	162.941	163.989
Provisão para obsolescência de estoque	249	385	-	-	-	-	-	-	1.039	2.803	1.288	3.188
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	46.620	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.620
Obrigação com benefício pós-emprego	143.439	125.497	-	-	-	-	-	-	49.128	45.393	192.567	170.890
Provisão Multa ARCE	-	-	-	-	-	-	-	-	34.992	24.452	34.992	24.452
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	9.633	9.633	-	-	-	-	-	-	9.633	9.633
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	54.858	58.337	-	-	54.858	58.337
Provisão de terceiros	-	-	-	-	958	1.247	-	-	-	-	958	1.247
Operação swap	7.055	-	-	-	-	4.228	-	-	-	-	7.055	4.228
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	-	-	3.812	-	-	-	-	-	3.812
Outros	1.883	8.417	-	-	-	858	49.208	59.303	6.179	4.613	57.270	73.191
Total	365.565	380.871	9.633	9.633	1.565	10.760	177.530	191.803	162.261	145.769	716.554	738.836
Passivo												
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.832)	(2.359)	(1.832)	(2.359)
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(46.980)	-	(46.980)
Ativo indenizável (concessão)	(113.019)	(181.387)	-	-	-	-	-	-	(40.394)	(74.590)	(153.413)	(255.977)
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	-	-	-	(38.443)	(24.915)	-	-	(38.443)	(24.915)
Imposto diferido passivo swap	(10.672)	(7.734)	-	-	-	(562)	-	-	(4.304)	(3.145)	(14.976)	(11.441)
Custo atribuído	-	-	(82.710)	(82.710)	-	-	-	-	-	-	(82.710)	(82.710)
Total	(123.691)	(189.121)	(82.710)	(82.710)	-	(562)	(38.443)	(24.915)	(46.530)	(127.074)	(291.374)	(424.382)
Tributos diferidos												
Ativos diferidos	241.874	191.750	-	-	1.565	10.198	139.087	166.888	115.731	18.695	498.257	387.531
Passivos diferidos	-	-	(73.077)	(73.077)	-	-	-	-	-	-	(73.077)	(73.077)

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2012	716.032	398.912
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL (Redução) do resultado do exercício	442.461	161.179
Adição de resultados abrangentes	(395.191)	(146.765)
Efeito de conversão de controlada indiretas no exterior	(22.779)	11.056
Saldos em 31 de dezembro de 2013	738.836	424.382
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL (Redução) do resultado do exercício	636.704	397.961
Adição de resultados abrangentes	(659.965)	(512.706)
Efeito de conversão de controlada indiretas no exterior	4.417	(18.263)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	716.554	291.374

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Consolidado	
	Montante a realizar	
	31/12/2014	31/12/2013
2014	-	73.890
2015	231.999	90.581
2016	46.698	56.637
2017	35.132	57.066
2018 a 2020	144.531	171.274
2021 a 2023	258.194	289.388
Total	716.554	738.836

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo Enel. A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a controlada CDSA passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido, de acordo com a Lei 9.964, de 10 de abril de 2010. O imposto diferido ativo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNEEE 250/85, o qual foi transferido da CELG por ocasião da cisão que originou a controlada CDSA. O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo. O imposto diferido passivo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da controlada CDSA. O saldo deste passivo será realizado a partir de 2015, quando a controlada CDSA passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

15. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado): Ágio de incorporação da controladora: O ágio é oriundo da operação de incorporação que a controlada COELCE realizou em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999. O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2015	0,03051	2021	0,01792	2027	0,01053
2016	0,02792	2022	0,01640	-	-
2017	0,02555	2023	0,01501	-	-
2018	0,02338	2024	0,01374	-	-
2019	0,02140	2025	0,01257	-	-
2020	0,01958	2026	0,01151	-	-

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica. Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da controlada COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador. Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da controlada COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício. A Administração da Companhia procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da controlada COELCE para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio. Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

	Investimento	Equivalência	Dividendos	Ajuste acumulado de conversão	Outros	Reclassificação	Resultado abrangente em controladas	Investimento
	31/12/2013	patrimonial						31/12/2014
Ampla Energia	1.163.259	91.356	(21.516)	-	-	-	(17.167)	1.215.932
COELCE	922.094	148.093	(55.366)	-	-	-	(4.704)	1.010.117
CIEN	532.705	44.742	(88.185)	2.089	-	-	-	491.351
CGTF	693.415	98.510	(108.245)	-	-	-	576	684.256
CDSA	757.228	254.717	(370.909)	-	-	-	-	641.036
Prátil	6.836	623	(4.435)	-	(558)	-	-	2.466
Fazenda Nova	311	(293)	-	-	(86)	-	-	(68)
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-	-	-	-	50
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-	-	-	-	50
Consórcio Tapajós (a)	6.478	-	-	-	-	(6.478)	-	-
Total	4.082.426	637.748	(648.656)	2.089	(644)	(6.478)	(21.295)	4.045.190
	Investimento	Efeito	Equivalência	Ajuste acumulado	Resultado abrangente em controladas	Investimento		
	31/12/2012	incorporação	patrimonial	de conversão		31/12/2013		
Ampla Investimentos	119.476	(123.256)	-	3.653	-	127		
Ampla Energia	962.570	-	-	241.511	(75.702)	34.880		
Investluz	721.184	(740.552)	-	18.895	-	473		
COELCE	35.419	852.895	-	56.709	(16.799)	(6.130)		
CIEN	529.417	-	-	53.205	(51.741)	-		
CGTF	608.193	-	-	175.821	(91.041)	442		
CDSA	1.026.597	-	-	336.256	(381.502)	-		
Prátil	6.605	-	-	6.449	(6.218)	-		
Fazenda Nova	1.317	-	6	(1.012)	-	311		
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-	-	50		
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-	-	50		
Consórcio Tapajós (a)	2.324	-	4.154	-	-	6.478		
Total	4.013.202	(10.913)	4.160	891.487	(623.003)	29.792		

(a) Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do investimento no consolidado é de R\$100 (R\$6.578 em 2013).

continua

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

18. Ativo indenizável (concessão): Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados pelas controladas Ampla Energia e COELCE até o final de suas respectivas concessões classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das ICPC 01 e ICPC 17 e da OCPC 05. **Valor Novo de Reposição - Lei nº 12.783/13:** Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 ("Lei nº 12.783/13") que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 ("MP nº 579/12"), que dispunha sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências. De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.638.619	
Transferências do ativo intangível	170.312	
Marcação a mercado – ativo financeiro	205.165	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.014.096	
Transferências do ativo intangível	417.932	
Marcação a mercado – ativo financeiro (a)	(306.060)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.125.968	

(a) Com base nos resultados apurados nas revisões tarifárias de algumas distribuidoras de energia elétrica ao longo do 3º ciclo de revisões tarifárias, a Administração identificou que a ANEEL passou a utilizar novas premissas e conceitos para fins de cálculo da marcação a mercado da BRR. Considerando a natureza prospectiva do referido assunto, decorrente das novas estimativas utilizadas pela ANEEL para atualização da base de remuneração das distribuidoras de energia elétrica, a Administração procedeu ao recálculo do ativo financeiro remanescente ao final da concessão, tendo como consequência o registro de um ajuste de despesas financeiras de marcação a mercado no resultado do exercício no montante de R\$406.249. Além do impacto mencionado anteriormente, a Companhia reconheceu uma receita financeira de marcação a mercado no resultado do exercício no montante de R\$100.189 referente a atualização do ativo financeiro pelo índice IGP-M, sendo esta a principal premissa utilizada pela ANEEL para atualização da base de remuneração. A concessão de distribuição das controladas Ampla Energia e COELCE não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

	Controladora			
	31/12/2014	31/12/2013	Valor	Valor
	Custo	Depreciação	líquido	Líquido
	histórico	acumulada	líquido	Líquido
Em serviço				
Administração				
Terrenos	350	-	350	350
Edificações	1.771	(561)	1.210	1.308
Máquinas e equipamentos	2.025	(1.305)	720	947
Veículos	1.498	(1.404)	94	245
Móveis e utensílios	3.952	(3.411)	541	699
Total imobilizado em serviço	9.596	(6.681)	2.915	3.549
Em curso				
Administração	1.304	-	1.304	1.169
Total do imobilizado em curso	1.304	-	1.304	1.169
Total do imobilizado	10.900	(6.681)	4.219	4.718

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora				Consolidado					
	Em serviço		Em curso		Em serviço		Em curso		Total	
	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Custo	Depreciação	Valor	Custo	Total	
	histórico	acumulada	líquido	líquido	histórico	acumulada	líquido	líquido	líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.594	(5.288)	4.306	108	4.414	4.666.952	(2.807.626)	1.859.326	147.371	2.006.697
Transferências	107	-	107	(107)	-	40.805	-	40.805	(40.805)	-
Adições	-	-	-	1.168	1.168	1.356	-	1.356	143.071	144.427
Baixas	(105)	73	(32)	-	(32)	73	(94)	(21)	(408)	(502)
Depreciação	-	(832)	(832)	-	(832)	-	(156.274)	(156.274)	-	(156.274)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(9.281)	5.185	(4.096)	-	(4.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.596	(6.047)	3.549	1.169	4.718	4.699.665	(2.958.642)	1.741.023	249.229	1.990.252
Transferências	-	-	-	-	-	114.710	-	114.710	(114.710)	-
Adições	-	-	-	135	135	5.500	-	5.500	139.570	145.070
Reclassificações	-	-	-	-	-	5.478	(7.060)	(1.582)	(2.706)	(4.288)
Baixas	-	-	-	-	-	(3.828)	3.803	(25)	-	(25)
Depreciação	-	(634)	(634)	-	(634)	-	(158.550)	(158.550)	-	(158.550)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-	(6.988)	4.036	(2.952)	-	(2.952)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	9.596	(6.681)	2.915	1.304	4.219	4.814.537	(3.116.413)	1.698.124	271.383	1.969.507

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. **CGTF:** O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização. O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Equipamentos gerais de informática	16,67%
Veículos	14,29%

CDSA: O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL. A Administração da Companhia entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada CDSA e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculadas à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação (%)
Geração	
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamentos gerais de informática	16,67%
Veículos	14,29%

CIEN: O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são

	Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013	
	Custo	Depreciação	Valor	Valor
	histórico	acumulada	líquido	Líquido
Em serviço				
Transmissão				
Terrenos	1.076	-	1.076	1.076
Edificações	85.253	(50.072)	35.181	37.216
Máquinas e equipamentos	1.200.629	(680.530)	520.099	572.506
Veículos	2.380	(1.519)	861	537
Móveis e utensílios	652	(220)	432	361
Distribuição				
Máquinas e equipamentos	54.771	(37.043)	17.728	14.853
Móveis e utensílios	24.572	(13.969)	10.603	8.908
Bens de renda	24.791	(15.420)	9.371	2.602
Geração				
Terrenos	2.194	-	2.194	2.194
Reservatórios	243.081	(158.383)	84.698	88.046
Edificações	113.709	(84.318)	29.391	31.875
Máquinas e equipamentos	2.912.898	(1.968.413)	944.485	951.484
Veículos	1.428	(1.179)	249	219
Móveis e utensílios	11.764	(11.183)	581	1.298
Comercialização				
Máquinas e equipamentos	5.372	(4.720)	652	2.196
Móveis e utensílios	7.715	(3.394)	4.321	4.270
Administração				
Terrenos	374	-	374	374
Edificações	4.128	(1.733)	2.395	2.572
Máquinas e equipamentos	84.323	(58.098)	26.225	14.484
Veículos	1.935	(1.781)	154	342
Móveis e utensílios	31.492	(24.438)	7.054	3.610
Total imobilizado em serviço	4.814.537	(3.116.413)	1.698.124	1.741.023
Em curso				
Geração	152.711	-	152.711	132.872
Transmissão	74.996	-	74.996	65.794
Distribuição	12.010	-	12.010	9.880
Comercialização	5.101	-	5.101	5.484
Administração	26.565	-	26.565	35.199
Total imobilizado em curso	271.383	-	271.383	249.229
Total do imobilizado	5.085.920	(3.116.413)	1.969.507	1.990.252

vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação (%)
Transmissão	
Banco de capacitores	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Conversor de frequência	6,67%
Estrutura (poste, torre)	2,70%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Reator (resistor)	2,78%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

20. Intangível: O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Controladora					
	31/12/2014		31/12/2013			
	Custo	Amortização	Obrigações	Valor	Valor	Valor
	histórico	acumulada	especiais	líquido	Líquido	Líquido
Em serviço						
Ágio atribuído a concessão	435.755	(235.477)	-	200.278	-	222.900
Em curso						
Outros	1.956	-	-	1.956	-	4.352
Total	437.711	(235.477)	-	202.234	-	227.252

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens. A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro nos moldes da Lei nº 12.783. Vide Nota 18. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica.** Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina o registro da amortização mensal na obrigação especial, que decorre da participação nos investimentos não condicionadas a qualquer retorno para a concessão, tal registro é iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, e a amortização teve seus primeiros registros em abril de 2009, baseados em uma taxa média. As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10% a.a. e 3,98% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização).

21. Fornecedores:

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Partes relacionadas (a)	2.944	10.636
Materiais e serviços	11.137	18.262
Total	14.081	28.898
Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013
Suprimento e transporte de energia		
Compra de energia	760.160	406.302
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	27.612	24.172
Diferencial Eletrônico	21.373	39.458
Encargo de uso da rede	26.325	20.314
Geradoras - Energia Livre	17.942	5.602
Partes relacionadas (a)	125.414	136.578
Cessão de crédito (b)	84.000	-
Outros	5.051	39.853
Materiais e serviços	316.942	321.628
Total	1.384.819	993.907
Circulante	1.258.456	847.571
Não circulante	126.363	146.336

(a) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, se encontram descritos na Nota 29. (b) Em 22 de dezembro de 2014, a controlada CGTF celebrou contrato de convênio de cessão de crédito sem direito de regresso junto ao Banco Itaú BBA S.A. ("Banco Itaú") no valor máximo de R\$85.000, transferindo ao Banco Itaú o direito parcial do crédito devido em razão do serviço de fornecimento de energia elétrica à controlada COELCE pertinente às faturas dos meses de novembro e dezembro de 2014. A controlada CGTF, objetivando antecipar os recebíveis da controlada COELCE, utilizou o montante de R\$ 84.000 disponíveis no contrato de convênio de cessão de crédito celebrado, os quais serão liquidados na data de vencimento de cada fatura. **22. Empréstimos e financiamentos:** As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado					
	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante	Não circulante		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Moeda estrangeira						
União Federal - Bônus de Capitalização	-	3	-	163	-	-
União Federal - Bônus de Desconto (a)	9	8	-	-	3.031	2.673
União Federal - Bônus ao Par (a)	56	49	-	-	4.344	3.831
IFC - A	-	185	-	12.570	-	43.589
IFC - B	-	(29)	-	19.745	-	21.157
IFC - C	-	82	-	-	-	16.399
Total moeda estrangeira	65	298	-	32.478	7.375	87.649
Moeda nacional						
Eletrobras (b)	16	13	10.212	11.177	52.006	68.315
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal)	-	1	-	76	-	-
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobrás)	-	25	-	3.092	-	-
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	-	2	-	936	-	-
Banco do Nordeste - FNE (c)	304	412	21.237	61.315	69.022	90.259
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado)	-	171	-	49.106	-	-
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	46	46	4.121	2.061	30.909	35.031
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	238	244	12.960	6.480	58.318	71.278
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	268	273	12.960	6.480	58.319	71.278
Itaú CCB (e)	5.070	-	-	-	150.000	-
BNDES (Finame)	-	3	-	1.884	-	-
BNDES (Finame) (f)	2	-	236	-	1.063	-
BNDES (Finame Seccionamento) (g)	39	-	2.115	-	9.516	-
BNDES (Capex 2011) (h)	245	265	10.139	10.139	55.765	65.904
BNDES (Capex 2011) (h)	230	278	19.305	19.305	48.263	67.568
BNDES (Capex 2011) (h)	258	311	19.305	19.305	48.263	67.568
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	92	91	8.297	4.149	61.539	69.836
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	431	440	23.412	11.706	105.356	128.768
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	484	495	23.412	11.706	105.356	128.768
Eletrobras (j)	2	3	2.941	2.940	10.923	13.865
Eletrobras (k)	2	2	2.655	2.650	7.268	9.917
Banco do Brasil (BB Agropecuário) (l)	4.692	-	-	-	300.000	-
Banco do Brasil S.A. (l)	1.384	-	-	-	100.000	-
Banco do Brasil S.A. (l)	320	1.142	-	-	30.000	100.000
Banco do Brasil S.A. (l)	-	251	-	-	-	30.000
Total moeda nacional	14.123	4.468	173.307	224.507	1.301.886	1.018.355
Custos de transação	-	-	-	(193)	-	-
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	14.123	4.468	173.307	224.314	1.301.886	1.018.355
Total sem efeito das operações de swap	14.188	4.766	173.307	256.792	1.309.261	1.106.004
Resultado das operações de swap	-	93	-	-	-	7.452
Total de empréstimos e financiamentos	14.188	4.859	173.307	256.792	1.309.261	1.113.456

	Bancos		Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
	Início	Vencimento			
Moeda estrangeira:					
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 6,2% a.a.
IFC - A	22/02/2005	15/12/2017	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 7,89% a.a.
IFC - B	22/02/2005	15/12/2015	Semestral	Conta reserva e imobilizado	2,25% a.a.
IFC - C	11/04/2006	15/12/2019	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 11,96% a.a.
Moeda nacional:					
Eletrobras (b)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste - FNE (c)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança Bancária e Conta Reserva	10% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013 (d)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A (d)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B (d)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,8% a.a.
Itaú CCB (e)	20/03/2014	20/03/2019	Mensal	-	112% CDI
BNDES (Finame) (f)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,5%
BNDES (Finame seccionamento) (g)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8%
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	0,087
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (h)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013) (i)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
Eletrobras (j)	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,0%
Eletrobras (k)	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7,0%
Banco do Brasil S.A. (l)	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A. (l)	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A. (BB Agropecuário) (l)	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI

(a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos). (b) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e

Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE. (c) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra. (d) BNDES FINAME/FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$217.185, através de sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2014 havia sido liberado pelo BNDES 89% do total. (e) Cédula de crédito bancário Itaú: Empréstimo com vencimento em março de 2019, na modalidade de capital de giro destinados ao apoio financeiro da controlada COELCE e utilizados para cobrir custos operacionais. (f) BNDES Finame: Financiamento, no montante total de R\$ 3.296, destinados ao projeto de implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da controlada CIEN, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2014 a controlada CIEN havia sacado 40% do valor contratado. (g) BNDES Finame seccionamento: Financiamento, no montante de R\$ 29.520, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da controlada CIEN, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2014 a controlada CIEN havia sacado 40% do valor contratado. (h) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R\$331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado. (i) BNDES Capex: 2012/2013: Financiamento, no montante de R\$450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, como repasse de recursos de BNDES. Até 31 de dezembro de 2014 a controlada Ampla Energia havia sacado 79% do valor contratado. (j) Eletrobras - Empréstimo contratado pela controlada Ampla Energia para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. (k) Eletrobras - Empréstimo contratado pela controlada Ampla Energia para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR. (l) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro das controladas Ampla Energia e COELCE na utilização de amortização de dívidas anteriores. Conforme mencionado na Nota 11, a controlada CGTF possuía um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 com o IFC ("International Finance Corporation") no valor de US\$ 130 milhões. Esse contrato, constituído na modalidade de *project finance*, estava dividido em 3 "tranches" (IFC-A, IFC-B e IFC-C) com vencimentos em Dezembro de 2017, 2018 e 2019, respectivamente. Em 15 de dezembro de 2014, a controlada CGTF optou por realizar o pagamento voluntário do valor total do saldo da dívida com o IFC e respectivos swaps vinculados a este contrato de financiamento. A liquidação antecipada voluntária foi realizada por decisão da controlada CGTF, considerando as condições favoráveis de mercado para redução de custos financeiros dado a disponibilidade de caixa da controlada. Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas Ampla Energia, COELCE, e CIEN comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014:

Banco	Obrigações especiais financeiras	Índice
BNDES/FINEM/Finame/Seccionamento	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,50
	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
BNDES/FINEM/Finame/Seccionamento	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	3,00
Banco do Brasil S.A. (BB Agropecuário)	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,00

LAJIDA/EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação amortização. O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de swap contratados e dos custos de captação, tem a amortização do principal contratado distribuída da seguinte forma:

Ano	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
2015	-	206.578
2016	247.913	189.481
2017	340.041	233.081
2018	318.764	196.661
Após 2018	402.543	280.203
Total	1.309.261	1.106.004

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

	Consolidado					
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
Em 31 de dezembro de 2012	292.987	557.927	26.985	119.599		997.498
Captações	-	717.557	-	-		717.557
Encargos provisionados	71.489	-	8.167	-		79.656
Encargos pagos	(70.384)	-	(8.550)	-		(78.934)
Variação monetária e cambial	-	636	4.951	13.288		18.875
Transferências	257.765	(257.765)	30.429	(30.429)		-
Resultado swap	-	-	(17)	(7.357)		(7.374)
Amortizações	(322.882)	-	(29.096)	-		(351.978)
Em 31 de dezembro de 2013	228.975	1.018.355	32.869	95.101		1.375.300
Captações	131.477	463.126	-	-		594.603
Encargos provisionados	109.070	-	7.069	-		116.139
Encargos pagos	(98.712)	-	(276)	-		(98.988)
Variação monetária e cambial	-	37	12.684	864		13.585
Transferências	179.632	(179.632)	88.590	(88.590)		-
Resultado swap	-	-	(7.545)	-		(7.545)
Amortizações	(363.012)	-	(125.895)	-		(488.907)
Em 31 de dezembro de 2014	187.430	1.301.886	7.496	7.375		1.504.187

23. Debêntures

	Consolidado						
	31/12/2014			31/12/2013			
	Principal	Não circulante	Circulante	Principal	Não circulante	Circulante	
1ª série - 3ª emissão	COELCE	2.613	52.000	52.000	2.219	-	104.000
1ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	508	58.500	58.500	490	-	117.000
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	428	-	100.000	411	-	100.000
1ª série - 8ª emissão	Ampla Energia	8.392	-	150.000	-	-	334.764
2ª série - 3ª emissão	COELCE	5.105	-	356.970	4.698	-	-
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	9.638	-	223.375	8.972	-	209.480
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	11.476	-	348.788	10.683	-	327.093
2ª série - 8ª emissão	Ampla Energia	8.392	-	150.000	-	-	-
(-) Custo a amortizar	-	(1.583)	(4.723)	-	(1.736)	(3.853)	-

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

Ampla Energia		
Características	6ª emissão - 1ª série	6ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Características	7ª emissão - 1ª série	7ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

Características	8ª emissão - 1ª série	8ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	15.000 debêntures simples	35.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$10	R\$10
Data de emissão	16 de julho de 2014	16 de julho de 2014
Vencimento inicial	15 de julho de 2017	15 de julho de 2017
Vencimento final	15 de julho de 2019	15 de julho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	Sem atualização
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,45% a.a.	CDI + 1,45% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Semestral
Amortização programada	Em três parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2017, 2018 e 2019	2017, 2018 e 2019

Em 31 de dezembro de 2014, as controladas Ampla Energia e COELCE cumpriram com a manutenção dos índices abaixo na avaliação da Administração:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
3ª Emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª Emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
6ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
8ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,50
8ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)/(Dívida financeira líquida + patrimônio líquido) (máximo)	0,60

Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão da controlada COELCE, na qual foram aprovadas as alterações dos textos das Escrituras de Emissão da controlada, a fim de modificar a metodologia de cálculo do EBITDA*, incluindo em sua composição ajustes positivos e negativos da CVA (ativos e passivos regulatórios), e a eliminação da condição de vencimento antecipado automático para o descumprimento de índices financeiros por dois trimestres consecutivos. A alteração aprovada não modificou o patamar histórico dos covenants financeiros e teve como objetivo refletir de forma mais adequada os resultados econômicos da controlada, eliminando a volatilidade decorrente da exclusão desses ajustes positivos e negativos da CVA, no cálculo do EBITDA para fins de aferição dos índices financeiros exigidos. A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública da 3ª emissão de debêntures da controlada estão disponíveis no website de Relações com Investidores da controlada COELCE: www.coelce.com.br/ri.htm. * Conforme definido na escritura de emissão das debêntures, o EBITDA significa o lucro ou prejuízo da Emissora, relativo aos últimos 12 (doze) meses, antes da contribuição social e imposto de renda, equivalência patrimonial, resultados financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa, baixas de títulos incobráveis, depreciação e amortização e ajustes positivos e negativos da CVA – Conta de Ajustes das Variações da Parcela A, desde que não incluídos no resultado operacional (informações não auditadas). Amortização contratual do longo prazo das debêntures, é como segue:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 3ª emissão - COELCE	52.000	-	-	-	-	52.000
1ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	-	58.500	-	-	-	58.500
1ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	-	50.000	50.000	-	-	100.000
1ª série - 8ª emissão - Ampla Energia	-	-	50.000	50.000	50.000	150.000
2ª série - 3ª emissão - COELCE	-	118.980	118.980	119.010	-	356.970
2ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	-	74.459	74.458	74.458	-	223.375
2ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	-	-	116.263	116.263	116.262	348.788
2ª série - 8ª emissão - Ampla Energia	-	-	50.000	50.000	50.000	150.000
(-) Custo de transação	-	(1.494)	(1.225)	(1.009)	(995)	(4.723)
Total a amortizar	52.000	300.445	458.476	408.722	215.267	1.434.910

24. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro: Considerações gerais: O Grupo Enel possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. **Fatores de risco:** a) **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

	Passivo	31/12/2014	31/12/2013
Dólares norte-americanos		7.440	90.067

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2014 fosse igual a esperada para 2015, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&FBOVESPA:

31/12/2014	Efeitos		
	Aumento em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americanos	2,14%	(61)	(61)

b) **Risco de encargos de dívida:** Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, o Grupo Enel prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES). Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado. A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2014 fossem iguais as esperadas para 2015, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&FBOVESPA:

31/12/2014	Efeitos		
	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	1,41%	(1.723)	(1.723)
IPCA	4,97%	(1.150)	(1.150)
Total		(2.873)	(2.873)

c) **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber. d) **Risco de vencimento antecipado:** Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Grupo Enel está em patamares abaixo do limite estipulado pelos *covenants* financeiros. e) **Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento:** Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições das companhias do Grupo, concessionárias e demais agentes do setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a controlada Ampla Energia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas. f) **Gestão do risco de capital:** O Grupo Enel administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 22 e 23, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Dívida	3.070.926	2.569.287
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(1.094.384)	(1.832.528)
Dívida líquida (a)	1.976.542	736.759
Patrimônio líquido (b)	7.112.912	7.137.960
Índice de endividamento líquido (a/(a+b))	22%	9%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 6, 7, 22 e 23. (b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia. g) **Risco de liquidez:** A liquidez do Grupo Enel é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez. As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo Enel que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados (inclui juros e principal):

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.765	14.118	61.517	263.033	89.265	434.698
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	10.219	37.003	168.788	1.216.925	40.516	1.473.451
Debêntures	17.112	-	228.709	1.739.708	-	1.985.529
	34.096	51.121	459.014	3.219.666	129.781	3.893.678

	Consolidado					Total
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	
31 de dezembro de 2013						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	8.873	20.451	111.342	364.722	138.188	643.576
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	10.363	29.021	161.126	690.579	196.642	1.087.731
Debêntures	-	-	96.284	1.356.495	117.689	1.570.468
	19.236	49.472	368.752	2.411.796	452.519	3.301.775

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Ampla Energia e COELCE:

	Consolidado		
	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2014			
Swaps de moeda	-	-	-
Swaps de taxa de juros	(8.586)	(3.032)	(11.618)
	(8.586)	(3.032)	(11.618)

	Consolidado		
	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013			
Swaps de moeda	4.172	3.599	7.771
Swaps de taxa de juros	(2.365)	(5.015)	(7.380)
	1.807	(1.416)	391

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2014 e 2013 quanto à utilização das contas:

	Conta garantida	31/12/2014	31/12/2013
Contratada		485.000	350.000

Valorização dos instrumentos financeiros. Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário. **Valor justo hierárquico.** Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo: • Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo. • Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. • Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2014 e em 2013 são demonstrados abaixo:

Ativo	Categoria	Nível	Controladora			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	236.156	236.156	673.787	673.787
Ouros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	72.351	72.351	524.463	524.463
Passivo						
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	14.081	14.081	28.898	28.898

Ativo	Categoria	Nível	Consolidado			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	864.071	864.071	1.096.850	1.096.850
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	230.313	230.313	735.678	735.678
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	82.372	82.372	116.993	116.993
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Empréstimos e recebíveis	2	1.368.336	1.368.336	1.247.466	1.247.466
Intrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	16.209	16.209	12.496	12.496
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	Empréstimos e recebíveis	2	722.198	722.198	-	-
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.125.968	2.125.968	2.014.096	2.014.096

Passivo	Categoria	Nível	Consolidado			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.489.316	1.473.502	1.247.137	1.233.193
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.590.379	1.592.056	1.214.221	1.214.221
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	2	7.440	7.034	120.425	135.132
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	1.384.819	1.384.819	993.907	1.166.391

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2014 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado	
		(contábil)	Diferença
COELCE			
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	585	5.569	4.984
Ampla Energia			
Swap DI x PRÉ 03.09.12 HSBC Bank Brasil S.A.	105	6.235	6.130
Swap DI x PRÉ 08.11.12 HSBC Bank Brasil S.A.	154	4.405	4.251
Total	844	16.209	15.365

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia detinha operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valores de referência		
				31/12/2014	31/12/2013	
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a. 9,43%	(5.569)	(6.548)	
			Efeito acumulado até 31/12/2014	Efeito acumulado até 31/12/2013		
			Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago
Contraparte	Descrição	31/12/2014	31/12/2013			
HSBC Bank Brasil S.A.	(+) At					

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento. **Controlada COELCE.** Em 31 de dezembro de 2014, a controlada COELCE efetuou uma reclassificação nos montantes relacionados às multas ARCE (Penalidades regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL), ora divulgado em outros passivos não circulantes e que a partir de agora serão demonstradas na nota de contingências, para melhor apresentação e comparabilidade das informações. (v) **Contingências ambientais.** **Controlada CDSA.** A provisão constituída no montante de R\$ 3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a controlada, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada. Foi proferida decisão favorável à controlada em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A controlada interpor recurso especial contra a decisão. Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público. **b) Contingências com risco possível.** O Grupo Enel possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$4.310.892 em 31 de dezembro de 2014 (R\$8.603.000 em 2013). (i) **Riscos trabalhistas.** As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc. (ii) **Riscos cíveis.** A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. **Controlada CIEN.** **Tractebel.** A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada CIEN, do "Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potência firme e energia associada proveniente da Argentina" firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$117 milhões, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de "potência firme e energia associada", cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignora a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestação das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa. **Furnas.** Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada CIEN do "Contrato de Potência Firme com Energia Associada", celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de R\$520 milhões e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas. No prazo para apresentação de Apelação, foi apresentada petição por Furnas, a qual encontra-se com o juiz. A controlada CIEN ainda não teve acesso ao teor da referida mencionada petição. (iii) **Riscos fiscais.** **Enel Brasil.** **Auto de infração de IR.** Em 2014 a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração para cobrança de IR sobre dividendos supostamente distribuídos a maior do que o devido nos anos de 2009 e 2010. A Companhia apresentou impugnação e aguarda decisão de primeira instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 212.334. **Autos de Infração PIS/Cofins.** A parcela remanescente dos autos de infração mencionada na Nota 30.a)(iii), considerada com probabilidade de perda possível, corresponde a R\$ 19.425 para a Cofins e R\$ 2.750 para o PIS (receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004). **Controlada COELCE.** Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão. • No âmbito estadual, a controlada discute diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 307.636 em 31 de dezembro de 2014 e tratam de: regime especial originado do termo de acordo 035/91; base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; cancelamento de faturas; estorno de crédito – consumidor baixa renda; imposto em determinadas operações; energia adquirida para consumo próprio e diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. • No âmbito municipal, a controlada possui processos judiciais e administrativos com o Município de Fortaleza referentes ao ISS que totalizam o montante de R\$50.792 em 31 de dezembro de 2014 e tratam de: serviços acessórios; locação de bens móveis; retenção na fonte e serviços prestados em outros Municípios. E com o Município de Iguatu execução fiscal no valor de R\$3.083 em 31 de dezembro de 2014. • Em relação aos tributos federais, a controlada possui (i) processos administrativos referentes ao IRPJ que totalizam o montante de R\$ 7.530, (ii) processo judicial referente ao IRPJ e à CSLL no valor de R\$ 19.573, bem como em (iii) processo judicial referente a COFINS no valor de R\$ 1.064 em 31 de dezembro de 2014. A controlada, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 7.000 (R\$ 7.315 em 2013). **Controlada Ampla Energia.** **Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN).** Auto de infração de 2005 lavrado pela Secretaria da Receita Federal em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela controlada em 1998. Decisão de 2ª instância favorável a controlada. Em 2012 e 2013, a controlada foi intimada das decisões da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgaram procedente o Auto de Infração. Em consequência, a controlada apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de certidão positiva com efeitos de negativa e segue discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.068.018 (R\$846.944 em 2013). **COFINS.** Execução fiscal originada de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em 2003 para cobrar débitos de COFINS decorrentes de suposta falta de pagamento no período de dezembro de 2001 a março de 2002. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 142.141 (R\$ 113.591 em 2013). **ICMS - Prazo de recolhimento.** A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou em 2005 auto de infração em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Decreto 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em 2012 a controlada tomou ciência da decisão do Conselho Pleno que manteve o auto de infração e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda. Não obstante o recurso apresentado, foram ajuizadas execuções fiscais e a controlada segue discutindo o tema através de ações judiciais. O valor envolvido nestes processos, atualizados em 31 de dezembro de 2014, é de R\$ 268.912 (R\$ 232.348 em 2013). **ICMS - Diversos temas.** No âmbito estadual, a controlada discute, ainda, diversos temas referentes ao ICMS que totalizam o montante de R\$ 199.158 em 31 de dezembro de 2014, e tratam de: prazo de recolhimento; crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; compensação de créditos; saída de bens para reparação; comparação entre informes gerenciais e livros fiscais e cancelamentos de meses anteriores; **Temas municipais.** No âmbito municipal, a controlada discute com os Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio das Ostras, temas referentes à Taxa de Uso de Solo e com o Município de Niterói referente à Taxa de empacchamento, juntos somam o valor de R\$ 35.773 em 31 de dezembro de 2014. Quanto ao ISS há auto de infração lavrado pelo Município de Cabo Frio e execução fiscal apresentada pelo Município de Niterói, no montante de R\$ 10.296 e R\$ 1.739, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014. A controlada, além dos processos antes mencionados, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$ 6.955 (R\$ 6.269 em 2013). **Controlada CDSA.** **Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa.** A Receita Federal do Brasil autou a controlada em função da compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a matéria e aguarda o julgamento de seu recurso. O valor atualizado do processo em dezembro de 2014 é de R\$ 17.182 (R\$ 16.609 em 2013). A controlada, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$ 747 em 31 de dezembro de 2014. **Controlada CGTF.** **Il e IPI - Grupo Eletrogêneo.** A controlada ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" as máquinas e os equipamentos importados, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%. A controlada obteve êxito definitivo e, em 5 de dezembro de 2014, houve o levantamento em seu favor no valor de R\$ 80.615 depositado judicialmente. Aguarda-se o levantamento do valor remanescente de depósito judicial no montante atualizado de R\$ 3.640 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 80.704 em 2013). **PIS e COFINS.** A controlada foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada aguarda o julgamento de seu recurso pelo CARF. O valor atualizado do auto de infração é de R\$71.205 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 67.926 em 2013). **Controlada CIEN.** **PIS/COFINS.** A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, nos valores atualizados de R\$ 1.042 e R\$ 4.066 em 31 de dezembro de 2014. A controlada aguarda o julgamento dos recursos apresentados. **IRPJ/CSLL.** A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, em 29 de dezembro de 2008, para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003. A controlada pagou parcialmente o Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003. O montante impugnado atualizado é de R\$ 7.209 em 31 de dezembro de 2014. **ICMS - Diferencial de alíquota.** Em 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal no valor de R\$ 16.372 em 31 de dezembro de 2014, para cobrar o diferencial de alíquota incidente nos meses de fevereiro, março e abril de 2001. Aguarda-se julgamento do recurso do Estado. A controlada apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o seu direito de não recolher o diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais. Em razão da controlada ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) e da consequente conversão em renda e levantamento parcial em favor da empresa, o valor remanescente e que se encontra depositado no processo passou a ser de R\$ 613 em 31 de dezembro de 2014. A controlada espera que este valor seja levantado. **c) Ativo contingente.** **Controlada Ampla Energia.** No âmbito de ação rescisória apresentada pela Fazenda Pública, foi confirmada em março de 2010 a decisão transitada em julgado em Mandado de Segurança que reconheceu a imunidade da controlada Ampla quanto à COFINS até o ano de 2001. A controlada Ampla pleiteia a restituição dos valores pagos em ação específica. A probabilidade de perda é remota, já que o objeto único do processo é a restituição dos valores pagos indevidamente (assim reconhecido por força da imunidade posteriormente declarada), não havendo nada mais que possa representar obstáculo ao direito da controlada Ampla à restituição. O valor atualizado do processo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 161.686.

	31/12/2014		31/12/2013	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	60.299.607	33,75	60.299.607	33,75
Eneris S.A.	87.200.363	48,80	87.200.363	48,80
Chilectra S.A.	9.275.291	5,19	9.275.291	5,19
Chilectra Inversud S.A.	10.342.306	5,79	10.342.306	5,79
Edegel S.A.	6.957.053	3,89	6.957.053	3,89
	174.074.620	97,42	174.074.620	97,42
Ações em tesouraria	4.618.298	2,58	4.618.298	2,58
Conselheiros	7	—	7	—
Outros	4.618.305	2,58	4.618.305	2,58
Total	178.692.925	100,00	178.692.925	100,00

No dia 14 de janeiro de 2014, a controlada COELCE comunicou ao mercado que foi informada, naquela data, que a Eneris S.A., sua acionista controladora indireta, sociedade anônima chilena de capital aberto com sede na Cidade de Santiago, Chile, na Calle Santa Rosa, nº 76, em reunião de seu Conselho de Administração realizada naquela data, aprovou a realização de uma Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações (OPA), juntamente com o Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 361, de 5 de março de 2002 (Instrução CVM 361/02), conforme alterada, com o objetivo

de adquirir até a totalidade das Ações Ordinárias, Ações Preferenciais Classe A, e Ações Preferenciais Classe B de emissão da Companhia em circulação no mercado. O Leilão da OPA ocorreu no dia 17 de fevereiro de 2014, tendo a Eneris S.A. adquirido 2.964.650 Ações Ordinárias; 8.818.006 Ações Preferenciais Classe A e 424 Ações Preferenciais Classe B. Em razão das aquisições acima, o grupo econômico da Eneris S.A. passou a deter, direta e indiretamente, (i) 47.043.336 Ações Ordinárias, representativas de 97,83% do total de Ações Ordinárias de emissão da Companhia e 60,40% do capital social da controlada COELCE; (ii) 10.588.006 Ações Preferenciais Classe "A", representativas de, 37,47% do total de Ações Preferenciais Classe "A" de emissão da Companhia e 13,60% do capital social da controlada COELCE; e (iii) 424 Ações Preferenciais Classe "B", representativas de 0,03% do total de Ações Preferenciais Classe "B" de emissão da controlada COELCE e 0,00054% do capital social da controlada COELCE. Tendo em vista que a Eneris S.A. adquiriu mais de 2/3 do total de Ações Ordinárias em circulação, esteve obrigada, diretamente ou por meio de outra sociedade por ela controlada direta ou indiretamente, a adquirir, nas condições estabelecidas no Edital da OPA, Ações Ordinárias em circulação de qualquer(s) interessado(s) em vendê-las, pelo prazo de 3 meses contado de 17 de fevereiro de 2014, conforme estabelecido na Cláusula 10.2 do Edital da OPA, e nos termos do §2º do artigo 10 da Instrução CVM 361/02. Sendo assim, a Eneris S.A. somando as ações por ela adquiridas através da OPA Voluntária e durante o período adicional, adquiriu um total de 3.002.812 Ações Ordinárias, 8.818.006 ações Preferenciais Classe "A" e 424 Ações Preferenciais Classe "B". Consequentemente, como resultado da oferta, o grupo econômico da Enel passou a deter, direta e indiretamente, 74,05% do capital social total da controlada COELCE. Esta operação não tem efeito direto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil. b) **Reserva legal:** O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social. c) **Reforço de capital de giro:** Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exercer o valor do capital social subscrito. Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2014 a Companhia destinou o valor de R\$506.680 (R\$116.552 em 2013) para constituição da reserva de capital de giro. d) **Dividendos:** De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	664.705
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	37.676
(+) Dividendos prescritos	654
Lucro ajustado	703.035
Dividendos mínimos obrigatórios	175.759
	527.276
	(20.597)
	506.679

Perda atuarial
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro
Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22 de abril de 2014, foram aprovados dividendos no montante de R\$853.133, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os quais foram pagos em 11 de dezembro de 2014. e) **Reserva de capital:** Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Excessos aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital. f) **Outros resultados abrangentes:** f.1) **Outros resultados abrangentes - ganhos e perdas atuariais:** Em conformidade com o CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu o saldo líquido de ganhos atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$42.073 (R\$49.984 em 2013). f.2) **Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior:** Em conformidade com CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$2.089 (R\$1.824 em 2013) decorrente da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA. f.3) **Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa:** Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o valor líquido de R\$1.953 (R\$15.550 em 2013) na rubrica de outros resultados abrangentes. g) **Excesso das reservas de lucros.** Em 31 de dezembro de 2014, o saldo acumulado das reservas de lucros está superior ao capital social. A Assembleia Geral de Acionistas, a ser realizada em abril de 2015, irá deliberar sobre a aplicação do excesso destas reservas, de forma a atender ao previsto no artigo 199 da Lei das Sociedades por Ações.

32. Compromissos: Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

	Vigência até	2015	2016	2017	Após 2017	Total
01º LEN	Até 2039	239.746	252.422	264.319	4.965.445	5.721.932
02º LEE	Até 2015	39.014	—	—	—	39.014
02º LEN	Até 2038	10.243	10.785	11.293	398.941	431.262
03º LEN	Até 2040	71.155	74.918	78.449	1.878.440	2.102.962
04º LEE	Até 2016	19.339	20.362	—	—	39.701
04º LEN	Até 2024	13.154	13.850	14.503	121.633	163.140
05º LEN	Até 2041	121.726	128.162	126.846	2.574.219	2.950.953
06º LEN	Até 2025	3.065	3.227	3.379	33.143	42.814
07º LEN	Até 2042	22.303	23.483	6.058	77.832	129.676
08º LEN	Até 2041	1	1	1	37	40
10º LEN	Até 2044	19.567	20.602	21.573	1.144.067	1.205.809
11º LEN	Até 2044	37.205	39.172	41.019	2.175.334	2.292.730
12º LEE	Até 2016	43.199	45.483	—	—	88.682
12º LEN	Até 2043	197.341	207.776	217.568	5.597.928	6.220.613
13º LEE	Até 2019	197.510	207.953	217.754	465.346	1.088.563
14º LEE	Até 2017	42.970	45.242	47.375	—	135.587
16º LEN	Até 2047	—	—	—	1.898.641	1.898.641
17º LEN	Até 2035	—	6.303	6.601	185.345	198.249
18º LEN	Até 2047	—	—	—	3.075.046	3.075.046
ANGRA	Até 2019	55.536	58.313	61.228	130.847	305.924
Belo Monte	Até 2044	3.233	56.658	158.711	8.768.545	8.987.147
Endesa Fortaleza	Até 2023	632.616	657.921	684.238	4.720.073	6.694.848
Cota	Até 2042	108.235	113.647	119.329	5.932.018	6.273.229
Jirau	Até 2042	7.780	8.191	8.577	373.941	398.489
PROINFA	Até 2025	55.968	58.766	61.705	604.837	781.276
Santo Antonio	Até 2041	13.563	14.281	14.953	651.913	694.710
Wobben	Até 2019	4.567	1.712	1.707	3.398	11.384
Total		1.959.036	2.069.230	2.167.186	45.776.969	51.972.421

EE - Leilão de Energia Existente; LEN - Leilão de Energia Nova.

	Vigência até	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Angra	2032	60.918	63.391	65.952	68.643	1.313.619	1.572.523
Bilateral	2022	52.851	56.488	58.920	61.625	276.293	506.177
CGGF	2032	120.933	144.725	150.099	156.224	2.992.404	3.564.387
ITAIPU	2023	368.583	387.127	394.796	420.866	2.377.334	3.948.706
Proinfa	2030	67.237	69.967	72.794	75.764	1.189.956	1.475.718
CCEAR 2006	2013	—	—	—	—	—	—
CCEAR 2007	2014	—	—	—	—	—	—
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	53.342	—	—	—	—	53.342
CCEAR 2008 - Energia Nova	2037	2.275	2.377	2.465	2.566	74.513	84.196
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022	20.110	20.999	21.791	22.679	100.410	185.989
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	49.603	51.875	—	—	—	101.478
CCEAR 2009 - Energia Nova	2038	28.577	29.854	30.968	32.230	1.007.628	1.129.257
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023	40.130	41.903	43.484	45.257	255.619	426.393
CCEAR 2010 - Energia Nova	2039	50.878	53.152	55.135	57.382	1.926.807	2.143.354
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024	62.354	65.108	67.565	70.319	486.766	752.112
CCEAR 2011 - Energia Nova	2026	26.939	28.143	29.193	30.383	1.093.644	1.208.302
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025	32.304	33.731	35.004	36.431	300.363	437.833
CCEAR 2012 - Energia Nova	2041	83.165	89.005	92.325	96.088	3.699.658	4.060.241
CCEAR 2012 - Energia Nova	2026	91.440	95.478	99.081	103.121	992.136	1.381.256
CCEAR 2013 - Energia Nova	2042	58.448	79.673	82.649	86.		

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2014, no montante de R\$ 455.033 (R\$ 393.339 em 2013), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios, em atendimento ao CPC 33 R1. Os planos administrados pela controlada Ampla Energia têm as seguintes principais características: a) **Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido):** Patrocinadora: Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas. Participantes ativos: A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário. Participantes assistidos: Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos. A controlada Ampla Energia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221 apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC. b) **Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida):** Patrocinadora: Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas. Participantes ativos: Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV. c) **Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA):** A controlada Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago. O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária. • Aposentados PDI - grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano. d) **Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria:** A controlada Ampla Energia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, aqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Ampla Energia. Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2014 na controlada Ampla Energia, no montante de R\$ 445.033 (R\$ 393.339 em 2013), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios. De acordo com a Interpretação Técnica ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação, no montante total do passivo, estão incluídos os contratos de dívida atuariais que a controlada Ampla Energia assinou junto a Brasiletros, tendo em vista equacionar os déficits de ambos os planos PCA e PACV, já que a patrocinadora assume as responsabilidades desses planos de acordo com a legislação vigente. **Controlada COELCE:** A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada COELCE, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características: a) **Plano de Contribuição Definida (CD):** Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". Além disso, o plano oferece benefícios de risco, como invalidez e morte, os quais custeados no âmbito da Faelce em regime de repartição. Para atendimento ao CPC 33 (R1), referida parcela é avaliada como benefício definido. b) **Plano de Benefício Definido (BD):** O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade. Os benefícios do plano compreendem: • Complementação de aposentadoria por invalidez. • Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição. • Complementação de aposentadoria por idade. • Complementação de aposentadoria especial. • Complementação de auxílio reclusão. • Complementação de pensão por morte. • Complementação de abono anual. O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada. Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de setembro de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC no 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social. O pagamento desse contrato foi feito em 14 parcelas semestrais e sucessivas, sendo iniciado em 31 de dezembro de 2007 e finalizado em 30 de junho de 2014, data da liquidação do saldo de R\$ 12.824 que existia em 31 de dezembro de 2013. c) **Plano de Assistência Médica:** O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de saúde suplementar - ANS. O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656. • Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano. • Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. d) **Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria:** Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Atualmente os planos BD e CD da controlada COELCE apresentaram um superávit atuarial total de R\$147.257 em 31 de dezembro de 2014. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois de acordo com as regras do Conselho Nacional da Previdência Complementar (CNPCC) - Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC 09/2012, eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a controlada COELCE, esta relação estava abaixo de 5% em 31 de dezembro de 2014. Já para os planos de assistência médica e FGTS para o ano de 2014 apresentaram um passivo total de R\$91.082.

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(933.485)	(1.169.274)	(817.861)	(964.017)	(1.751.346)	(2.133.291)
Custo dos serviços correntes	(1.231)	(1.515)	424	(2.892)	(807)	(4.407)
Custo dos juros	(109.714)	(110.392)	(97.120)	(91.449)	(206.834)	(201.841)
Contribuições de participantes do plano	(29)	(27)	(2.089)	(4.956)	(2.118)	(4.983)
Benefícios pagos pelo plano	88.353	80.561	60.038	63.320	148.391	143.881
Ganhos (perdas) atuariais sobre a obrigação atuarial	(65.092)	267.162	(48.366)	182.132	(113.458)	449.294
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	(1.021.198)	(933.485)	(904.974)	(817.862)	(1.926.172)	(1.751.347)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	540.146	688.378	910.871	1.006.903	1.451.017	1.695.281
Retorno esperado dos ativos do plano	63.192	65.192	110.589	96.993	173.781	162.185
Contribuições recebidas de participantes do plano	29	28	2.089	4.956	2.118	4.984
Contribuições recebidas do empregador	48.820	40.962	25.395	21.715	74.215	62.677
Benefícios pagos pelo plano	(88.352)	(80.561)	(60.038)	(63.320)	(148.390)	(143.881)
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	82.572	(173.853)	(27.756)	(156.376)	54.816	(330.229)
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	646.407	540.146	961.150	910.871	1.607.557	1.451.017

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente das obrigações atuariais	(1.021.198)	(933.485)	(904.974)	(817.862)	(1.926.172)	(1.751.347)
Valor justo dos ativos	646.407	540.146	961.150	910.871	1.607.557	1.451.017
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(374.791)	(393.339)	56.176	93.009	(318.615)	(300.330)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	-	-	(147.258)	(177.515)	(147.258)	(177.515)
Ativo/passivo atuarial líquido (*)	(374.791)	(393.339)	(91.082)	(84.506)	(465.873)	(477.845)
Dívida contratada	(70.242)	-	-	(12.824)	(70.242)	(12.824)
Ativo/passivo atuarial líquido apurado	(445.033)	(393.339)	(91.082)	(97.330)	(536.115)	(490.669)

(*) O valor referente a Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratada

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Custo do serviço corrente bruto	1.260	1.543	1.665	7.848	2.925	9.391
Contribuições de participante	(29)	(28)	(2.089)	(4.956)	(2.118)	(4.984)
Custo do serviço líquido	1.231	1.515	(424)	2.892	807	4.407
Juros líquidos sobre benefício definido passivo/(ativo)	46.522	48.817	8.587	11.965	55.109	60.782
Total reconhecido na DRE	47.753	50.332	8.163	14.857	55.916	65.189

Porcentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Renda fixa	400.662	356.306	779.064	690.238	1.179.726	1.046.544
Renda variável	134.592	119.613	70.244	118.159	204.836	237.772
Investimentos imobiliários	92.341	47.025	90.071	63.586	182.412	110.611
Outros	18.811	17.202	21.771	38.888	40.582	56.090
Total do valor justo dos ativos do plano	646.406	540.146	961.150	910.871	1.607.556	1.451.017

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
(Ganho)/Perda sobre obrigações atuariais	65.092	(267.162)	48.366	(182.132)	113.458	(449.294)
(Ganho)/Perda sobre os ativos	(82.572)	173.853	27.756	156.376	(54.816)	330.229
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	-	-	(52.313)	59.222	(52.313)	59.222
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	70.242	-	(12.824)	(5.323)	57.418	(5.323)
Efeito aplicação - CPC 33 (R1)	-	(3.617)	-	(6.951)	-	(10.568)
Montante reconhecido no exercício em ORA	52.762	(96.926)	10.985	21.192	63.747	(75.734)

Retorno real dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Retorno esperado sobre os ativos do plano	63.192	65.192	110.589	96.993	173.781	162.185
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	82.572	(173.853)	(27.756)	(156.376)	54.816	(330.229)
Retorno real sobre os ativos dos planos	145.764	(108.661)	82.833	(59.383)	228.597	(168.044)

Valores atuariais para o exercício corrente e o anterior

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Obrigação de benefício definido	(1.021.198)	(933.485)	(904.974)	(817.862)	(1.926.172)	(1.751.347)
Ativos do plano	646.407	540.146	961.150	910.871	1.607.557	1.451.017
Superávit (déficit)	(374.791)	(393.339)	56.176	93.009	(318.615)	(300.330)
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	(65.092)	267.162	(48.366)	182.132	(113.458)	449.294
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	82.572	(173.853)	(27.756)	(156.376)	54.816	(330.229)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	-	177.515	107.735	177.515	107.735
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	-	22.056	10.558	22.056	10.558
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	-	-	(52.313)	59.222	(52.313)	59.222
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	-	-	147.258	177.515	147.258	177.515

A Companhia registrou despesas com plano de contribuição definida o montante de R\$7.442 em 2014 (R\$6.301 em 2013). **Premissas biométricas adotadas:** As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Principais premissas atuariais	Ampla Energia			COELCE			Plano de saúde		FGTS
	PCA	PACV	PAMA	FGTS	BD	CD	FGTS		
Taxa de desconto	12,52%	12,52%	12,52%	12,52%	12,52%	12,52%	12,52%	12,52%	
Taxa do crescimento salarial	9,18%	9,18%	N/A	9,18%	9,18%	9,18%	N/A	9,18%	
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A	6,00%	6,00%	N/A	N/A	
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	
	Light	Light	Light	Light	Light	Light	Light	Light	
Tábua de entrada em invalidez	Média	Média	Média	N/A	Média	Média	Média	Média	
	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	AT-49	
Tábua de mortalidade de inválidos	+6anos	+6anos	+6anos	N/A	+6anos	+6anos	+6anos	N/A	

Para avaliação atuarial do exercício de 2014, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 9,18% a.a. (3% a.a. em termos reais). No exercício anterior, essa premissa assumia característica decrescente, variando de 8,66% a.a. (3% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante. Para projeção dos custos, foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade (*aging factor*) de 3,00% a.a. (3,00% a.a. em 2013). Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a. em 2014 (1,50% a.a. em 2013). Foi adotada a premissa de que todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria. Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

34. Imposto de renda e contribuição social: A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	685.881	935.525	1.155.351	1.666.211
Alíquota nominal (34%)*	233.200	318.079	392.819	566.512
Adições permanentes	-	-	-	-
Participações nos lucros (administradores)	1.584	1.635	6.090	5.260
Bônus diretoria	-	-	-	280
Amortização de Ágio nas Aquisições de Inv. Aval. Pelo PL	7.691	2.101	7.691	2.101
Taxa CTM e TESA - Subst. Tributária	-	-	-	13.748
Doações	-	116	906	1.266

ENEL BRASIL S.A.

(Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.)

CNPJ Nº 07.523.555/0001-67

continuação

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social da controlada CDSA foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta controlada CDSA, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS. **35. Receita líquida:** A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecimento faturado	8.260.953	7.411.584
Fornecimento não faturado	33.186	(36.572)
Consumidores, concessionários e permissionários	8.294.139	7.375.012
Suprimento de energia elétrica	988.803	695.619
Subvenção baixa renda	273.912	252.997
Energia elétrica de curto prazo	-	1.891
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	76.343	82.040
Receita de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - clientes livres	-	(89)
Subvenção CDE - desconto tarifário	294.374	217.730
Disponibilidade da rede elétrica	164.663	182.657
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	311.925	270.485

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	12.768	15.794
Receita de construção	763.142	698.047
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	722.198	-
Outras receitas	235.523	206.795
Receita operacional bruta	12.137.790	9.998.978
(-) Deduções da receita		
ICMS	(2.049.512)	(1.827.592)
PIS	(84.413)	(84.168)
COFINS	(388.909)	(327.781)
ISS	(3.713)	(3.996)
RGR - Quota para reserva global de reversão	(15.260)	1.973
CDE	(50.554)	(39.480)
P&D e eficiência energética	(84.314)	(74.281)
Encargo ex-isolados	-	(188)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(10.615)	(7.710)
Total de deduções de receita	(2.687.290)	(2.363.223)
Total	9.450.500	7.635.755

36. Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			Consolidado				
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2013	31/12/2013	
	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do serviço	Despesas com vendas	Depesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(32.477)	-	(32.477)	(230.800)	(3.352)	(160.263)	-	(394.415)
Administradores	-	-	-	(1.890)	(1.632)	(4.534)	-	(8.056)
Material	(106)	-	(106)	(26.407)	(4.077)	(4.149)	-	(34.633)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	-	-	-	(248.512)	-	-	-	(248.512)
Serviços de terceiros	(5.257)	-	(5.257)	(448.405)	(17.747)	(129.006)	-	(595.158)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	(4.357.390)	-	-	-	(4.357.390)
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	-	(376.392)	-	-	-	(376.392)
Encargos dos serviços de sistema	-	-	-	582	-	-	-	582
Custos na desativação de bens	-	-	-	(41.367)	-	359	-	(41.008)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de inventário físico - Resolução 367	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para perdas de estoques	-	-	-	-	-	-	329	329
Depreciação e amortização	(634)	-	(634)	(524.253)	-	(20.721)	-	(544.974)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	-	-	-	(15.271)	-	-	-	(15.271)
PCLD clientes	-	-	-	-	(57.647)	(2.615)	-	(60.262)
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	(9.802)	-	-	(4.576)	(14.378)
Custo de construção	-	-	-	(763.142)	-	-	-	(763.142)
Provisão para contingências	-	-	-	-	-	(63.557)	-	(63.557)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	(22.622)	(22.622)	-	-	-	(22.622)	(22.622)
Resultado de equivalência patrimonial	637.748	-	637.748	891.487	-	-	-	-
Outros custos/despesas operacionais	(4.057)	(116)	(4.173)	(12.789)	(54.412)	(858)	(16.124)	(115.346)
	595.217	(22.738)	572.479	828.073	(7.097.461)	(85.313)	(428.438)	(42.993)
	(7.654.205)	(6.013.791)	-	-	-	-	-	-

Segue abaixo a composição do saldo de energia elétrica comprada para revenda:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Itaipu Binacional	(298.418)	(261.628)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(50.994)	(71.627)
EDP Energias do Brasil S.A.	(31.733)	(2.789)
Tradenergy Empresa de Comercialização de Energia	(3.728)	(2.330)
Energest S.A.	-	(5.052)
Diferencial Eletronuclear	-	(46.445)
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	(116.293)	(109.178)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(737.652)	(249.085)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(2.317.262)	(1.672.304)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(125.891)	(114.614)
Quatiara	(3.490)	(3.478)
Safira	(14.108)	(5.888)
Cotas de garantia física	(169.400)	(171.152)
(-) Recuperação despesa compra energia	195.632	83.341
Risco hidrológico	(350.541)	(20.939)
(-) Recuperação despesa risco hidrológico	168.871	20.939
Exposição involuntária	(1.208.871)	(296.109)
(-) Recuperação despesa exposição involuntária	957.456	199.171
MCS D - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits	(79.133)	(75.246)
Outros	(171.835)	(33.557)
	(4.357.390)	(2.837.970)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário.

37. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	72.506	65.181
Transações com partes relacionadas	34.530	40.672
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.209	-
Outras receitas financeiras	4.753	1.756
Total da receita financeira	123.998	107.609
Despesa financeira		
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(223)
Outras despesas financeiras	(13.734)	(887)
Total da despesa financeira	(13.734)	(1.110)
Variação cambial ativa	6.346	4.022
Variação cambial passiva	(3.208)	(3.069)
Total da variação cambial, líquida	3.138	953
Resultado financeiro	113.402	107.452

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	163.339	151.565
Multas e acréscimos moratórios	96.207	89.915
Receita financeira - ativo indenizável	-	205.165
Atualização crédito PIS e COFINS	269	100.671
Atualização monetária - CELG	-	2.891
INSS Patronal	12.681	-
Outras receitas financeiras	63.754	61.386
Total da receita financeira	336.250	611.593
Despesa financeira		
Variações monetárias	(781)	(16.043)
Encargos de dívidas	(116.139)	(79.656)
Atualização de impostos e multas	(6.032)	(8.216)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(101.242)	(65.065)
Encargo de fundo de pensão	(55.109)	(50.214)
Juros debêntures	(117.542)	(107.148)
Variações monetárias debêntures	(57.801)	(59.380)
Indenizações DIC/FIC	(46.206)	(33.875)
Perda swap	(3.507)	(3.936)
Correção prog. efec. energética e P&D	(1.747)	(1.609)
IOF e IOC	(14.734)	(6.076)
Multas	(36.024)	(42.859)
Atualização diferencial eletronuclear	-	(8.495)
Despesa de ativo indenizável	(306.060)	-
Atualização CPC 33 - R1	-	(10.568)
Outras despesas financeiras	(95.620)	(56.446)
Total da despesa financeira	(958.544)	(549.586)
Variação cambial ativa	110.797	105.620
Variação cambial passiva	(129.447)	(123.380)
Total da variação cambial, líquida	(18.650)	(17.760)
Resultado financeiro	(640.944)	44.247

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da **Enel Brasil S.A.** (Anteriormente denominada Endesa Brasil S.A.). Niterói - RJ. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados

38. Participação nos resultados: A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2014 foi de R\$4.299 (R\$3.811 em 2013). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2014, foi de R\$39.897 (R\$34.419 em 2013).

39. Cobertura de seguros: Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$4.767.288 com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$1.226.750 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$122.675 para as empresas de distribuição e R\$1.536.382 para as demais empresas. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Enel no valor de R\$490.700 por sinistro e no agregado anual. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, as controladas da Enel Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros.

Risco operacional

Controladas	Data de vigência	Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA ENERGIA	01/11/2014 à 31/10/2015	1.000.768	122.675
CDSA	01/11/2014 à 31/10/2015	1.305.442	1.536.382
CIEN	01/11/2014 à 31/10/2015	1.106.570	1.536.382
CGTF	01/11/2014 à 31/10/2015	679.538	1.536.382
COELCE	01/11/2014 à 31/10/2015	674.970	122.675

Responsabilidade civil

Controladas	Data de vigência	Limite máximo de garantia por sinistro
AMPLA ENERGIA	01/11/2014 à 31/10/2015	490.700
CDSA	01/11/2014 à 31/10/2015	490.700
CIEN	01/11/2014 à 31/10/2015	490.700
CGTF	01/11/2014 à 31/10/2015	490.700
COELCE	01/11/2014 à 31/10/2015	490.700

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Mario Fernando de Melo Santos

Vice Presidente: Vago

Massimo Tambosco

Antônio Basílio Pires e Albuquerque

Ramiro Diego Alfonsín Balza